

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
Demonstração de Valor Adicionado	9
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	36
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	102

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	103
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	106
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	107
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	108

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	91.881
Preferenciais	101.878
Total	193.759
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	9.926.000	10.677.000
1.01	Ativo Circulante	2.765.000	3.599.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	527.000	624.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.000	12.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.000	12.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	23.000	12.000
1.01.03	Contas a Receber	1.830.000	2.109.000
1.01.03.01	Clientes	1.830.000	2.109.000
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	1.830.000	2.109.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	176.000	136.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	176.000	136.000
1.01.06.01.01	Tributos Sobre o Lucro a Recuperar	42.000	62.000
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	134.000	74.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	209.000	718.000
1.01.08.03	Outros	209.000	718.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	57.000	266.000
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	0	316.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos Circulantes	152.000	136.000
1.02	Ativo Não Circulante	7.161.000	7.078.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.542.000	5.517.000
1.02.01.04	Contas a Receber	32.000	51.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	32.000	51.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	10.000	148.000
1.02.01.07.01	Tributos Sobre o Lucro Diferidos	10.000	148.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.500.000	5.318.000
1.02.01.10.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	213.000	397.000
1.02.01.10.04	Outros Tributos a Recuperar	81.000	601.000
1.02.01.10.06	Depósitos Judiciais	44.000	39.000
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	0	177.000
1.02.01.10.08	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	4.407.000	3.488.000
1.02.01.10.09	Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	714.000	573.000
1.02.01.10.10	Outros Ativos Não Circulantes	41.000	43.000
1.02.03	Imobilizado	22.000	23.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	22.000	23.000
1.02.03.02.01	Direito de Uso	22.000	23.000
1.02.04	Intangível	1.597.000	1.538.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.597.000	1.538.000
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	1.597.000	1.538.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	9.926.000	10.677.000
2.01	Passivo Circulante	2.245.000	2.453.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	120.000	103.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	120.000	103.000
2.01.01.02.01	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	120.000	103.000
2.01.02	Fornecedores	755.000	699.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.000	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	35.000	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.000	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	754.000	858.000
2.01.05	Outras Obrigações	541.000	765.000
2.01.05.02	Outros	541.000	765.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	42.000	151.000
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	9.000	5.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	16.000	2.000
2.01.05.02.06	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	34.000	0
2.01.05.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	244.000	392.000
2.01.05.02.08	Ressarcimento à Consumidores – Tributos Federais	70.000	0
2.01.05.02.09	Outros Passivos Circulantes	126.000	215.000
2.01.06	Provisões	40.000	28.000
2.02	Passivo Não Circulante	4.816.000	4.990.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.268.000	4.156.000
2.02.02	Outras Obrigações	416.000	687.000
2.02.02.02	Outros	416.000	687.000
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	18.000	19.000
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	37.000	0
2.02.02.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	70.000	72.000
2.02.02.02.08	Ressarcimento à Consumidores – Tributos Federais	0	541.000
2.02.02.02.09	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	15.000	39.000
2.02.02.02.10	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	252.000	0
2.02.02.02.11	Outros Passivos Não Circulantes	24.000	16.000
2.02.04	Provisões	132.000	147.000
2.03	Patrimônio Líquido	2.865.000	3.234.000
2.03.01	Capital Social Realizado	952.000	952.000
2.03.02	Reservas de Capital	766.000	766.000
2.03.04	Reservas de Lucros	1.176.000	1.539.000
2.03.04.01	Reserva Legal	171.000	171.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	771.000	771.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	234.000	597.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-29.000	-23.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	8.388.000	8.505.000
3.01.01	Receita Bruta	12.773.000	12.274.000
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-4.385.000	-3.769.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-6.197.000	-6.765.000
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-4.321.000	-5.397.000
3.02.02	Custos de Construção	-1.128.000	-699.000
3.02.03	Custos de Operação	-748.000	-669.000
3.03	Resultado Bruto	2.191.000	1.740.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-403.000	-339.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-57.000	-52.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-257.000	-197.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-89.000	-90.000
3.04.05.01	Perdas de Créditos Esperadas	-89.000	-90.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.788.000	1.401.000
3.06	Resultado Financeiro	-406.000	-244.000
3.06.01	Receitas Financeiras	258.000	162.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	258.000	156.000
3.06.01.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	0	6.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-664.000	-406.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-599.000	-406.000
3.06.02.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	-65.000	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.382.000	1.157.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-396.000	-335.000
3.08.01	Corrente	-255.000	-187.000
3.08.02	Diferido	-141.000	-148.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	986.000	822.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	986.000	822.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	4,83	4,03
3.99.01.02	PNA	5,32	4,44

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	986.000	822.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-6.000	80.000
4.02.01	Obrigações com Benefícios à Empregados	33.000	142.000
4.02.02	Hedge de Fluxo de Caixa	-1.000	0
4.02.03	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes	-11.000	-48.000
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa	-41.000	-21.000
4.02.06	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes	14.000	7.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	980.000	902.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.295.000	-8.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.812.000	1.428.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	986.000	822.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	315.000	298.000
6.01.01.03	Baixa de Ativos Não Circulantes	22.000	10.000
6.01.01.04	Tributos Sobre o Lucro	396.000	335.000
6.01.01.05	Resultado Financeiro, Líquido	406.000	244.000
6.01.01.06	Valor de Reposição Estimado da Concessão	-313.000	-281.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	483.000	-1.436.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	388.000	-224.000
6.01.02.02	Fornecedores e Contas Pagar de Empreiteiros	33.000	-191.000
6.01.02.03	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar, Líquidos	20.000	16.000
6.01.02.04	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, Líquidos (Parcela A e Outros)	850.000	-691.000
6.01.02.05	Outros Tributos a Recuperar (Recolher) e Encargos Setoriais, Líquidos	-427.000	-45.000
6.01.02.06	Provisões, Líquidas dos Depósitos Judiciais	-30.000	-13.000
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-129.000	9.000
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-310.000	-167.000
6.01.02.09	Instrumentos Derivativos Recebidos (Pagos), Líquidos	-13.000	20.000
6.01.02.10	Rendimento de Aplicação Financeira	104.000	29.000
6.01.02.11	Juros Pagos – Arrendamentos	-3.000	-3.000
6.01.02.12	Tributos Sobre o Lucro Pagos	0	-176.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.134.000	-751.000
6.02.02	Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	-1.126.000	-747.000
6.02.03	Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	-60.000	-30.000
6.02.04	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	52.000	26.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.258.000	471.000
6.03.02	Captação de Empréstimos e Financiamentos	750.000	2.550.000
6.03.03	Pagamento dos Custos de Captação	-7.000	-17.000
6.03.04	Pagamento de Principal dos Empréstimos e Financiamentos	-750.000	-1.695.000
6.03.06	Obrigações Especiais	9.000	67.000
6.03.07	Pagamento de Principal – Arrendamentos	-12.000	-12.000
6.03.08	Instrumentos Derivativos Recebidos, Líquidos	180.000	206.000
6.03.09	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos aos Acionistas	-1.428.000	-628.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-97.000	-288.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	624.000	912.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	527.000	624.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.000	766.000	1.539.000	0	-23.000	3.234.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.000	766.000	1.539.000	0	-23.000	3.234.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-597.000	-752.000	0	-1.349.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-202.000	0	-202.000
5.04.08	Dividendos Intermediários	0	0	0	-550.000	0	-550.000
5.04.09	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-597.000	0	0	-597.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	986.000	-6.000	980.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	986.000	0	986.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.000	-6.000
5.05.02.06	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	22.000	22.000
5.05.02.07	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	-28.000	-28.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	234.000	-234.000	0	0
5.06.07	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	234.000	-234.000	0	0
5.07	Saldos Finais	952.000	766.000	1.176.000	0	-29.000	2.865.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.000	766.000	1.367.000	0	-103.000	2.982.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.000	766.000	1.367.000	0	-103.000	2.982.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-425.000	-225.000	0	-650.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-132.000	0	-132.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-425.000	0	0	-425.000
5.04.19	Dividendos Mínimos Obrigatórios	0	0	0	-93.000	0	-93.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	822.000	80.000	902.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	822.000	0	822.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	80.000	80.000
5.05.02.07	Ganhos e Perdas Atuariais, Líquidos	0	0	0	0	94.000	94.000
5.05.02.08	Efeito Hedge de Fluxo de Caixa, Líquidos	0	0	0	0	-14.000	-14.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	597.000	-597.000	0	0
5.06.07	Dividendo Adicionais Propostos	0	0	597.000	-597.000	0	0
5.07	Saldos Finais	952.000	766.000	1.539.000	0	-23.000	3.234.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	12.684.000	12.184.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.773.000	12.274.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-89.000	-90.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.194.000	-6.895.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.759.000	-5.944.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.435.000	-951.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	6.490.000	5.289.000
7.04	Retenções	-315.000	-298.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-315.000	-298.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	6.175.000	4.991.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.108.000	936.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.108.000	936.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.283.000	5.927.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.283.000	5.927.000
7.08.01	Pessoal	361.000	312.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	263.000	191.000
7.08.01.02	Benefícios	158.000	181.000
7.08.01.04	Outros	-60.000	-60.000
7.08.01.04.01	Encargos Sociais (Exceto INSS)	16.000	14.000
7.08.01.04.02	Férias e 13º Salário	56.000	45.000
7.08.01.04.04	(-)Transferências para ordens	-145.000	-130.000
7.08.01.04.05	Outros	13.000	11.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.438.000	3.621.000
7.08.02.01	Federais	2.719.000	1.911.000
7.08.02.02	Estaduais	1.708.000	1.703.000
7.08.02.03	Municipais	11.000	7.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.498.000	1.172.000
7.08.03.01	Juros	1.498.000	1.171.000
7.08.03.02	Aluguéis	0	1.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	986.000	822.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	202.000	132.000
7.08.04.02	Dividendos	784.000	690.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Neoenergia Elektro | Relatório da Administração | 2022

DESTAQUES (R\$ MM) 4T22	4T22	4T21	Δ %	2022	2021	Δ %
Margem Bruta	690	745	(7%)	2.780	2.302	21%
EBITDA	487	577	(16%)	2.099	1.698	24%
Resultado Financeiro	(124)	(119)	4%	(406)	(244)	66%
Lucro Líquido	207	286	(28%)	986	822	20%
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada (GWh)	4.987	5.079	(1,8%)	20.032	20.076	(0,2%)
Energia Distribuída (GWh)	4.640	4.771	(2,7%)	18.696	18.715	(0,1%)
Número de Clientes (mil)	2.879	2.833	1,6%			
DEC anualizado (horas)	6,97	7,27	(0,30)			
FEC anualizado (interrupções)	3,85	3,98	(0,13)			
Perdas de Distribuição (%)	6,57%	6,55%	0,02 p.p.			
Indicadores Financeiros de Dívida ¹	2022	2021	Variação			
Dívida Líquida ² /EBITDA ³	2,03	2,19	(0,16)			
EBITDA/Resultado Financeiro ³	5,17	6,96	(1,79)			
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA				



⁽¹⁾ Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants

⁽²⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽³⁾ EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

Destaques Financeiros e Operacionais:

- EBITDA Caixa (ex- VNR) de R\$ 430 milhões no 4T22 (-13% vs. 4T21) e de R\$ 1.786 milhões em 2022, +26% vs. 2021;
- Lucro Líquido de R\$ 207 milhões no 4T22 (-28% vs. 4T21) e R\$ 986 milhões em 2022 (+20% vs. 2021);
- R\$ 1.093 milhões de Capex em 2022, maior parte dedicada à expansão de rede;
- Arrecadação no 4T22 de 98,18%, acima do observado no 3T22 e no 4T21;
- Perdas totais 12 meses no 4T22 de 6,57%, abaixo do limite regulatório;
- DEC de 6,97h (abaixo do regulatório de 7,78h) e FEC 3,85x (abaixo do regulatório de 5,70x).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2022 novamente a Neoenergia Elektro se destacou pela segurança, qualidade e eficiência na distribuição de energia elétrica, e pelo respeito aos seus 3.630 colaboradores, responsáveis pelo atendimento de aproximadamente 7 milhões de pessoas nos 228 municípios de nossa área de concessão.

Em um ano com o cenário de retomada da economia, conectamos mais de 120 mil novas ligações, e construímos mais de 385 km de rede.

Em 2022, reforçando a qualidade e compromisso com nossos clientes, a Neoenergia Elektro atingiu o menor número médio de interrupções, representado pelos indicadores regulatórios DEC (6,97 horas) e FEC (3.85 vezes), que representa a melhor qualidade de fornecimento de energia de sua história, ambos indicadores abaixo do limite regulatório, com desempenho entre os melhores do setor.

Austeridade no combate às perdas de energia elétrica também foram destaque em 2022, com a recuperação de 63 GWh de energia, que representa uma energia suficiente para garantir 12 meses de consumo do município de Ilha Solteira. Em decorrência destas ações fechamos com um índice de perdas de 6,57%, também abaixo do limite regulatório e referência no setor nacional.

O ano de 2022 foi marcado pelo ano de maior investimento total realizado na Neoenergia Elektro, com aproximadamente R\$ 1,1 bilhão em obras de expansão e melhoria do sistema elétrico, que garantiram o atendimento de nosso mercado e 100% das novas solicitações de conexões.

De acordo com nossa estratégia, além dos incrementos dos investimentos, e melhoria da qualidade, mantivemos o controle das despesas, atingindo um lucro líquido de R\$ 986 milhões (20% maior que 2021) e EBITDA de R\$ 2.099 milhões (24% maior que 2021).

Investir na valorização, qualificação e diversidade de nossas pessoas é o DNA da Neoenergia Elektro. Neste ano ampliamos nosso trabalho de treinamento e qualificação de nossas equipes, e também proporcionamos para a população a oportunidade de fazer parte de nossas equipes, com treinamento diferenciado e gratuito, ingressando em 19 turmas nas nossas escolas eletricistas. Além disso em 2022 iniciamos no município de Registro/SP nossa primeira escola de eletricista, exclusiva para mulheres.

Em 2022 tivemos um ano repleto de conquistas e realizações para a Neoenergia Elektro, resultados que somente puderam ser alcançados com o empenho, dedicação e trabalho árduo de nossas equipes.

Agradeço a todos os colaboradores da Neoenergia Elektro pelas excelentes marcas conquistadas e para 2023, manteremos nosso foco na melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes e desenvolvimento de nossos trabalhos em todas as nossas áreas de atuação.

Antonio Sergio Casanova

Diretor-presidente da Neoenergia Elektro

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022

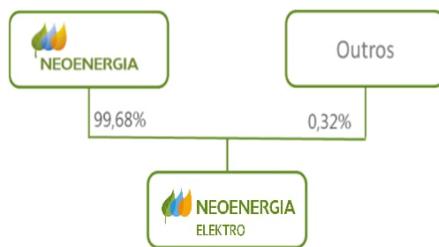


1 PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A Neoenergia Elektro, com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica que atende 228 municípios, sendo 223 em São Paulo e 5 no Mato Grosso do Sul.

1.1 Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Neoenergia Elektro era a seguinte:



2 AMBIENTE MACROECONÔMICO

No início de 2022, as projeções para a economia eram marcadas pelas incertezas de um cenário turbulento que estava por vir. De um lado, o fim da crise hídrica e a retomada econômica após a contenção da 2ª onda da pandemia de Covid-19 traziam otimismo para o país, do outro, as eleições presidenciais e seus desdobramentos geravam incertezas e preocupações para o cenário econômico.

O Relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2021, projetou para 2022 um PIB (Produto Interno Bruto) praticamente flat em relação ao ano anterior, crescendo apenas 0,36%, e um IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de 5,03%, com Taxa Selic de 11,50%, ainda visando conter os impactos da alta inflacionária do ano anterior.

O ano confirmou as incertezas da eleição presidencial, que gerou especulações e preocupações acerca das medidas que seriam tomadas, principalmente no âmbito fiscal e seus desdobramentos no futuro da economia.

Os confrontos entre a Rússia e a Ucrânia logo no início de 2022 impactaram a economia mundial, elevando o preço dos combustíveis no mundo e tendo reflexos no cenário macro brasileiro.

Como medida para conter a inflação, o Banco Central promoveu seguidas altas da Taxa Selic, que encerrou 2021 em 9,25%, chegando a 13,75% no final de 2022.

Com isso, a inflação medida pelo IPCA, que chegou a atingir 2 dígitos ao final de 2021, encerrou 2022 com alta acumulada de 5,79%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao PIB, a economia encerrou 2022 com perspectiva de crescimento de 3,1%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), superando as projeções de início de ano de crescimento de apenas 0,36%.

O índice Ibovespa encerrou 2022 com uma alta de 4,69%, crescimento este menor que a inflação registrada no período, que, de certa forma, reflete a saída de investidores de renda variável em direção a renda fixa, em virtude da maior Selic.

Quanto ao consumo de energia, de acordo com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve um aumento de apenas 0,3% em relação a 2021. O consumo no ano foi impactado pelas baixas temperaturas e chuvas acima das registradas no ano anterior nas diversas regiões do país.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



3 AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Tarifas

Em 23 de agosto de 2022, a Aneel aprovou o reajuste tarifário da Neoenergia Elektro, com efeito médio para o consumidor de 15,77%, aplicados desde 27 de agosto.

O uso dos créditos tributários referentes à exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins, a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho de 2022, o ingresso de recursos oriundos da CDE-Eletrobras e o diferimento relacionado ao bônus de Itaipu contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor.

A variação da Parcela A foi de 21,48%, totalizando R\$ 6,41 bilhões, impactada pelos aumentos de 41,89% nos encargos setoriais, 37,13% nos custos de transmissão e 5,46% nos custos com compra de energia. Já a variação da Parcela B foi de 9,32% (R\$ 2,65 bilhões), reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 10,08%, deduzida do Fator X, de 0,76%.

3.2. Principais discussões Tarifárias ocorridas ao longo do ano

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital - WACC

Em 23 de fevereiro, a ANEEL publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de Geração, Transmissão e Distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2022 a fevereiro de 2023. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às distribuidoras no período foi de 7,15%, enquanto em 2021 era aproximadamente 7,02%; para as transmissoras e usinas cotistas foi 6,93%, enquanto em 2021 era aproximadamente 6,76%.

Marco Legal Geração Distribuída

Em 7 de janeiro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.300, que instituiu o marco legal de Mini e Microgeração Distribuída (MMGD). Ficou estabelecido que as unidades que já possuem MMGD e as que aderirem em até 12 meses da publicação dessa lei, permaneceriam com o atual benefício até dezembro de 2045. Para os consumidores que aderissem após 12 meses, foi prevista regra de transição com cobranças parciais progressivas a cada ano até atingir, em 2029, a cobrança integral dos componentes tarifários que visam remunerar as distribuidoras (TUSD Fio B). A complementação durante a transição será realizada através de subvenção com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Lei Complementar nº 194 – ICMS

Em 23 de junho, foi publicada a Lei Complementar nº 194/2022, estabelecendo teto para a alíquota de ICMS sobre os setores de combustíveis, gás, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. O texto limita a incidência do tributo a 18% ao classificar tais serviços como essenciais. Além disso, na sanção presidencial, foi mantida a previsão de não incidência do ICMS sobre os serviços de transmissão e distribuição e seus respectivos encargos.

Atualização dos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias

Por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 3.051/2022, publicada em 29 de junho, foram estabelecidos os novos valores adicionais das Bandeiras Tarifárias para o período de julho de 2022 a junho de 2023. O acréscimo verificado nos valores se deve, entre outros, aos dados do mercado de compra de energia durante o período de escassez hídrica em 2021, ao custo do despacho térmico em razão da alta do custo dos combustíveis e à correção monetária pelo IPCA.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Adicional (R\$/MWh)	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 2
2021	-	18,74	39,71	94,92
2022	-	29,89	65,00	97,95
Var. %	-	59,5%	63,7%	3,2%

Tabela 1 – Comparação entre novos valores e os anteriormente vigentes

Repasso de recursos da CDE

Em 22 de julho, a ANEEL divulgou o Despacho nº 1.959, que fixou os valores aportados na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) pela Eletrobras que deveriam ser repassados às distribuidoras até 29/07/2022. Esse recurso foi repassado à CDE de acordo com comando contido na Lei nº 14.182/2021 (privatização da Eletrobras) que condicionou a concessão de novas outorgas ao pagamento pela Eletrobras ou por suas subsidiárias à CDE, de 50% do valor adicionado à concessão pelos novos contratos. A Neoenergia Elektro recebeu, em 27/07/2022, R\$ 183,96 milhões, que representa cerca de 3,49% do total distribuído.

Sobrecontratação das Distribuidoras – 2016 e 2017

A ANEEL divulgou, em 12 de agosto, o Despacho nº 2.168/2022, que deu parcial provimento aos pedidos de reconsideração interpostos pelas distribuidoras em face do Despacho nº 2.508/2020, que homologou os montantes de exposição e sobrecontratação involuntária dos agentes de distribuição para os anos de 2016 e 2017, alegando aplicação de critério assimétrico de involuntariedade com base no valor do PLD, onde o risco de perder seria sempre da distribuidora e o ganho sempre do consumidor. Adicionalmente, na análise dos recursos interpostos pelas distribuidoras contra o referido despacho, na Nota Técnica nº 121/2021, a área técnica da ANEEL criou uma nova regra para apurar a involuntariedade da migração ao ACL em 2016, na qual propunha o reconhecimento apenas da sobre involuntária acima de um limite arbitrário de 102,5%.

O Despacho nº 2.168/2022 reconheceu a tese de que houve aplicação retroativa de nova interpretação e reformou a decisão do Despacho nº 2.508/2020, colocando-se contra o posicionamento das áreas técnicas da ANEEL e excluindo o critério assimétrico baseado no valor do PLD. O despacho também criou precedente para limitar inovações fora do escopo regulatório vigente pelas áreas técnicas da ANEEL, colocando-se contra a criação de critérios inexistentes na norma. Esta decisão favoreceu a Neoenergia Elektro.

3.3. Medidas associadas à crise hídrica

Conta Escassez Hídrica

Em 14 de janeiro, foi publicado o Decreto nº 10.939/2022, que autorizou a criação da Conta Escassez Hídrica pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Essa conta se destinava a receber recursos para cobertura total ou parcial dos custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as distribuidoras, e dos diferentes estabelecidos em processos tarifários recentes, associados a questões macroeconômicas (inflação, câmbio e alta do preço internacional dos combustíveis). Em 18 de março, a ANEEL definiu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta e em maio houve a liberação de R\$ 83,6 milhões para a Neoenergia Elektro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Fim da Bandeira Escassez Hídrica

Em abril, o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) definiu que a partir de 16 de abril, seria finalizada a cobrança da Bandeira Escassez Hídrica. Esta foi criada pela Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) para cobrir os custos adicionais de enfrentamento da escassez hídrica.

3.4. Liberalização do Mercado

Em 28 de setembro, foi publicada a Portaria nº 50/GM/MME, estabelecendo que a partir de 01/01/2024 os consumidores do Grupo A poderão optar pela compra de energia elétrica a qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN, sendo que, para aqueles com carga individual inferior a 500kW, fica estabelecida a obrigatoriedade de representação por agente varejista perante a CCEE.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Número de Consumidores

A Companhia encerrou o 4T22 com 2.879 mil consumidores, incremento de 46 mil novos consumidores em relação ao 4T21 (+1,6%).

Número de Consumidores (milhares)			Participação no Total %		2022 x 2021	
	2022	2021	2022	2021	Dif.	%
Residencial	2.494	2.450	86,6%	86,5%	44	1,8%
Industrial	20	20	0,7%	0,7%	-	-
Comercial	208	204	7,2%	7,2%	4	2,0%
Rural	126	129	4,4%	4,6%	(3)	(2,3%)
Outros	31	31	1,1%	1,1%	-	-
Total	2.879	2.833	100%	100%	46	1,6%

4.2 Evolução do Mercado

Energia Distribuída (GWh)	NEOENERGIA ELEKTRO		Participação no Total %		4T22 x 4T21		NEOENERGIA ELEKTRO		Participação no Total %		2022 x 2021	
	4T22	4T21	4T22	4T21	Dif.	%	2022	2021	2022	2021	Dif.	%
Residencial	1.235	1.293	48,8%	47,0%	(58)	(4,5%)	5.021	5.159	48,2%	47,4%	(138)	(2,7%)
Industrial	269	314	10,6%	11,4%	(45)	(14,3%)	1.125	1.222	10,8%	11,2%	(97)	(7,9%)
Comercial	501	543	19,8%	19,7%	(42)	(7,7%)	2.097	2.078	20,1%	19,1%	19	0,9%
Rural	209	281	8,2%	10,2%	(72)	(25,6%)	889	1.133	8,5%	10,4%	(244)	(21,5%)
Outros	317	323	12,5%	11,7%	(6)	(1,9%)	1.280	1.292	12,3%	11,9%	(12)	(0,9%)
Total Energia Distribuída (Cativa)	2.531	2.753	55%	58%	(222)	(8,1%)	10.411	10.883	56%	58%	(472)	(4,3%)
Mercado Livre	2.109	2.018	45,5%	42,3%	91	4,5%	8.285	7.832	44,3%	41,8%	453	5,8%
Total Energia Distribuída (Cativa + Livre)	4.640	4.771	100%	100%	(131)	(2,7%)	18.696	18.715	100%	100%	(19)	(0,1%)

A energia distribuída (cativo + livre) no 4T22 foi de 4.640 GWh, -2,7% vs. 4T21, em virtude do maior volume de chuvas no período. Já em 2022, foi de 18.696 GWh, em linha com 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



O consumo residencial apresentou uma redução de 4,5% no trimestre e de 2,7% no ano, influenciado pelo maior volume de chuvas e por menores temperaturas em 2022.

O segmento cativo da classe industrial apresentou uma queda de 14,3% no 4T22 vs. 4T21 e de 7,9% em 2022 vs. 2021. Entretanto, ao se incorporar o desempenho desta classe aos consumidores livres, apura-se um crescimento de 2,0% no trimestre e 3,9% no ano, explicado, principalmente, pelo bom desempenho dos setores de papel e derivados e de alimentos e bebidas.

A classe comercial cativa apresentou queda de 7,7% no trimestre e crescimento de 0,9% no ano.

A classe rural teve queda de 25,6% no trimestre e de 21,5% em 2022, explicada, principalmente, pela menor demanda por irrigação, em razão do alto volume de chuvas.

As outras classes apresentaram um decréscimo de 1,9% no 4T22 vs. 4T21 e de 0,9% em 2022 vs. 2021.

4.3 Balanço Energético

A energia injetada (energia fornecida aos clientes próprios + concessionárias de fronteira + clientes livres + perdas) atingiu o patamar de 4.987 GWh no 4T22 (-1,8% vs. 4T21) e de 20.032 GWh em 2022 (-0,2% vs. 2021), devido às menores temperaturas, maior volume de chuvas e aumento da geração distribuída. Importante destacar que o impacto do aumento da geração distribuída será contemplado no dimensionamento do mercado na próxima revisão tarifária de agosto de 2023.

BALANÇO ENERGÉTICO (GWh)	4T22	4T21	4T22 x 4T21		2022	2021	2022 x 2021	
			Dif	%			Dif	%
NEOENERGIA ELEKTRO								
Mercado Cativo	2.531	2.753	(222)	(8,1%)	10.411	10.883	(472)	(4,3%)
Mercado Livre + Suprimento	2.109	2.018	91	4,5%	8.285	7.832	453	5,8%
Energia Distribuída (A)	4.640	4.771	(131)	(2,7%)	18.696	18.715	(19)	(0,1%)
Energia Perdida (B)	342	325	17	5,2%	1.399	1.301	98	7,5%
Não Faturado (C)	5	(17)	22	N/A	(63)	60	(123)	N/A
Energia Injetada (D) = (A) + (B) + (C)	4.987	5.079	(92)	(1,8%)	20.032	20.076	(44)	(0,2%)

4.4 Perdas

As perdas de energia são acompanhadas através do índice percentual que calcula a razão entre a energia injetada e a energia faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, apresentamos abaixo a evolução do indicador e a comparação com a cobertura tarifária.

NEOENERGIA ELEKTRO	Perdas totais 12 meses (%)												Perda Total			
	Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total					
	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	ANEEL 2022
	5,95%	6,09%	6,02%	5,99%	5,98%	0,59%	0,34%	0,27%	0,40%	0,60%	6,55%	6,43%	6,28%	6,39%	6,57%	7,95%
Perdas totais 12 meses (GWh)																
Perda Técnica					Perda Não Técnica					Perda Total						
4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	ANEEL 2022	
1.195	1.225	1.214	1.206	1.197	119	68	54	80	120	1.314	1.293	1.268	1.285	1.317	1.614	

NOTA: (1) Devido ao fato de o prazo de apuração do indicador de perdas de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva. A tabela no 2T22, 3T22 e 4T22 normaliza o impacto da Resolução Normativa ANEEL 1000/2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



A partir do 2T22, as perdas foram afetadas pela Resolução Normativa ANEEL 1000/2021, que ampliou o prazo de ampla defesa, aumentando assim o prazo entre a inspeção e a emissão da fatura, o que aumenta o não faturado, afetando o indicador de perdas. Esse efeito é temporário e será carregado na visão 12 meses. Ademais, não há impacto no Resultado Econômico da Companhia.

As Perdas Totais na visão 12 meses no 4T22 foram de 6,67%, sem o impacto da REN 1000, foram de 6,57%, 0,18 p.p. acima do 3T22, porém abaixo do seu patamar regulatório de 7,95%.

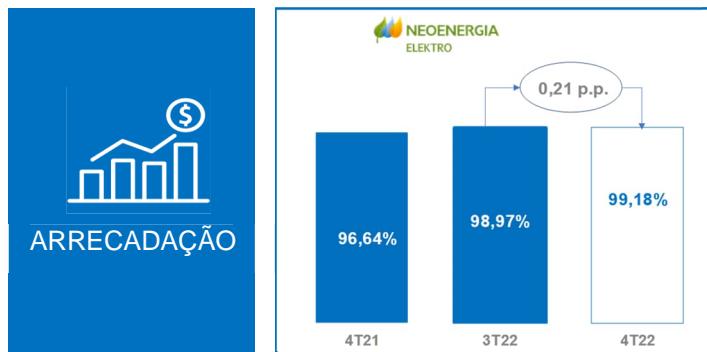
Em 2022 foram adotadas as seguintes ações de combate às perdas:

- (i) Realização de mais de 40 mil inspeções, recuperando mais de 31 GWh;
- (ii) Substituição de 42 mil medidores obsoletos;
- (iii) Atualização cadastral de diversos pontos de iluminação pública;
- (iv) Realização de 56 ações de combate ao furto de energia com apoio policial.

4.5 Arrecadação e Inadimplência

O índice de arrecadação é impactado diretamente pela capacidade de pagamento dos clientes e pela eficácia das ações de cobrança da Companhia.

O gráfico abaixo retrata a boa performance do índice de arrecadação sobre contas vencidas ao longo dos trimestres.



A arrecadação no 4T22 segue em patamares elevados, confirmando o sucesso das ações de cobrança. A taxa de arrecadação atingiu 99,18% no trimestre, acima tanto do observado no 3T22, quanto em relação ao 4T21.

PECLD/ ROB	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	4T22 x 4T21	2022	2021	Var.	Limite Regulatório
							2022	2021		
ROB	2.713	2.949	2.417	2.335	2.672	(1,51%)	10.374	9.769	6,19%	10.374
PECLD	27	23	14	21	30	12,43%	88	87	0,34%	52
Inadimplência	0,99%	0,77%	0,56%	0,91%	1,13%	0,14 p.p.	0,85%	0,89%	(0,05 p.p.)	0,50%

NOTA: PECLD considera o valor provisionado + correção monetária.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



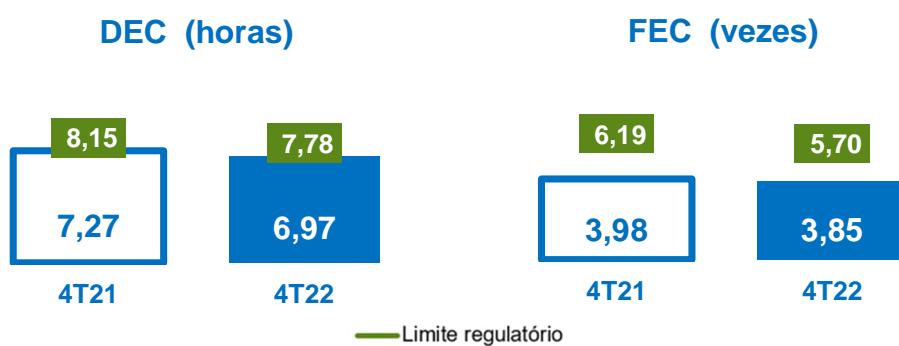
A Inadimplência no período foi impactada negativamente pelo efeito não recorrente da recuperação judicial de um grande cliente, o que adicionou R\$ 8 milhões na PECLD do trimestre.

No 4T22 foram adotadas diversas ações de cobrança com intuito de diminuir o índice de inadimplência e consequentemente melhorar a arrecadação:

- (i) 10,3 milhões cobranças telefônicas através de SMS e URA;
- (ii) 5 milhões de cobranças por e-mail;
- (iii) Negativações de 572 mil consumidores ligados ao SPC, Serasa Experian e Boa Vista;
- (iv) Realização de 75,6 mil suspensões de fornecimento;
- (v) Protesto de 129 mil títulos através dos cartórios e envio de notificações através de Cartas Cartório para 54 mil consumidores;
- (vi) 347 mil cobranças terceirizadas através das assessorias de cobrança.
- (vii) Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com órgãos do Poder Público.
- (viii) Utilização de novas tecnologias possibilitando pagamento das faturas de energia por meio do cartão de débito e crédito.
- (ix) Realização de campanha de negociação para dívidas superiores a 180 dias.

4.6 DEC e FEC

As melhorias nos resultados do DEC e FEC, que permitiram à Neoenergia Elektro superar os parâmetros regulatórios de qualidade, refletem diversas ações implementadas pela empresa, tanto na gestão com revisão de processos como em investimentos no sistema de automação de suas subestações e equipamentos da rede de distribuição.



NOTA: Devido ao fato de o prazo de apuração dos indicadores de qualidade de dezembro de 2022 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados. Os indicadores de dezembro de 2021 foram ajustados para a apuração definitiva.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	2.103	2.269	(166)	(7%)	7.916	8.117	(201)	(2%)
Custos Com Energia	(1.470)	(1.609)	139	(9%)	(5.449)	(6.096)	647	(11%)
Margem Bruta s/ VNR	633	660	(27)	(4%)	2.467	2.021	446	22%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	57	85	(28)	(33%)	313	281	32	11%
Margem Bruta	690	745	(55)	(7%)	2.780	2.302	478	21%
Despesa Operacional	(173)	(138)	(35)	25%	(592)	(514)	(78)	15%
PECLD	(30)	(30)	-	-	(89)	(90)	1	(1%)
EBITDA	487	577	(90)	(16%)	2.099	1.698	401	24%
Depreciação	(82)	(73)	(9)	12%	(311)	(297)	(14)	5%
Resultado Financeiro	(124)	(119)	(5)	4%	(406)	(244)	(162)	66%
IR CS	(74)	(99)	25	(25%)	(396)	(335)	(61)	18%
LUCRO LÍQUIDO	207	286	(79)	(28%)	986	822	164	20%

A Neoenergia Elektro encerrou o 4T22 com Margem Bruta de R\$ 690 milhões (-7% vs. 4T21) impactada por um menor volume e uma pontual sobrecontratação, além do menor VNR no período. Já no ano, a Margem Bruta foi de R\$ 2.780 milhões (+21% vs. 2021), impulsionada pela variação da parcela B de +32,49% em agosto/21 e de +9,32% em agosto/22 e aumento da base de clientes, além do maior VNR.

As despesas operacionais contabilizaram R\$ 173 milhões no 4T22 (+25% vs. 4T21), por gastos pontuais em contencioso, treinamentos e multas, e R\$ 592 milhões em 2022 (+15% vs. 2021).

No trimestre, a PECLD totalizou R\$ 30 milhões, em linha com o 4T21, e no ano contabilizou R\$ 89 milhões, +1% vs. 2021, fruto das ações de cobrança e das renegociações de dívidas.

Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA foi de R\$ 487 milhões no trimestre (-16% vs. 4T21) e de R\$ 2.099 milhões no ano (+24% vs. 2021). Já o EBITDA Caixa (ex- VNR) no trimestre foi de R\$ 430 milhões, -13% vs. 4T21, e de R\$ 1.786 milhões em 2022, +26% vs. 2021.

O Lucro Líquido foi de R\$ 207 milhões no 4T22 (-28% vs. 4T21) e de R\$ 986 milhões em 2022 (+20% vs. 2021).

5.1 EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	207	286	(79)	(28%)	986	822	164	20%
Despesas financeiras (B)	(154)	(158)	4	(3%)	(599)	(406)	(193)	48%
Receitas financeiras (C)	46	46	-	-	258	156	102	65%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	(16)	(7)	(9)	129%	(65)	6	(71)	N/A
Imposto de renda e contribuição social (E)	(74)	(99)	25	(25%)	(396)	(335)	(61)	18%
Depreciação e Amortização (F)	(82)	(73)	(9)	12%	(311)	(297)	(14)	5%
EBITDA = A-(B+C+D+E+F)	487	577	(90)	(16%)	2.099	1.698	401	24%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



5.2 Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T22	4T21	Variação		2022	2021	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	25	17	8	47%	104	29	75	259%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(140)	(111)	(29)	26%	(551)	(259)	(292)	113%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	(9)	(25)	16	(64%)	41	(14)	55	(393%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	16	14	2	14%	90	107	(17)	(16%)
Variações monetárias e cambiais - outros	1	(1)	2	(200%)	6	(2)	8	(400%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(2)	(13)	11	(85%)	(23)	(35)	12	(34%)
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	6	14	(8)	(57%)	71	14	57	407%
Obrigações pós emprego	(2)	(3)	1	(33%)	(6)	(12)	6	(50%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(28)	(36)	8	(22%)	(97)	(86)	(11)	13%
Total	(124)	(119)	(5)	4%	(406)	(244)	(162)	66%

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 124 milhões no 4T22 (vs. -R\$ 119 milhões no 4T21) e de -R\$ 406 milhões em 2022 (vs. -R\$ 244 milhões em 2021), em razão de maiores despesas com encargos da dívida (+R\$ 29 milhões no trimestre e +R\$ 292 milhões no ano), explicada, majoritariamente, pelo aumento do CDI no período (65% do endividamento está atrelado ao índice). Ademais, houve aumento no saldo médio da dívida de 14% no trimestre e 32% no ano, devido às captações direcionadas para investimentos e capital de giro da Companhia, visando atender a expansão do mercado.

6 INVESTIMENTOS

Em 2022, a Neoenergia Elektro realizou Capex de R\$ 1.093 milhões, principalmente alocados em projetos de expansão de rede, conforme tabela abaixo:

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)	NEOENERGIA ELEKTRO		
	4T22	2022	
Expansão de Rede	(154)	(518)	44%
Novas Ligações	(88)	(285)	
Novas SE's e RD's	(66)	(233)	
Renovação de Ativos	(50)	(192)	18%
Melhoria da Rede	(39)	(120)	11%
Perdas e Inadimplência	(5)	(19)	2%
Outros	(128)	(279)	25%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	25	(26)	
(=) Investimento Bruto	(352)	(1.153)	
SUBVENÇÕES	9	34	
(=) Investimento Líquido	(343)	(1.119)	
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(25)	26	
(=) CAPEX	(367)	(1.093)	
Base de Anuidade Regulatória	(128)	(279)	25%
Base de Remuneração Regulatória	(248)	(849)	75%

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022

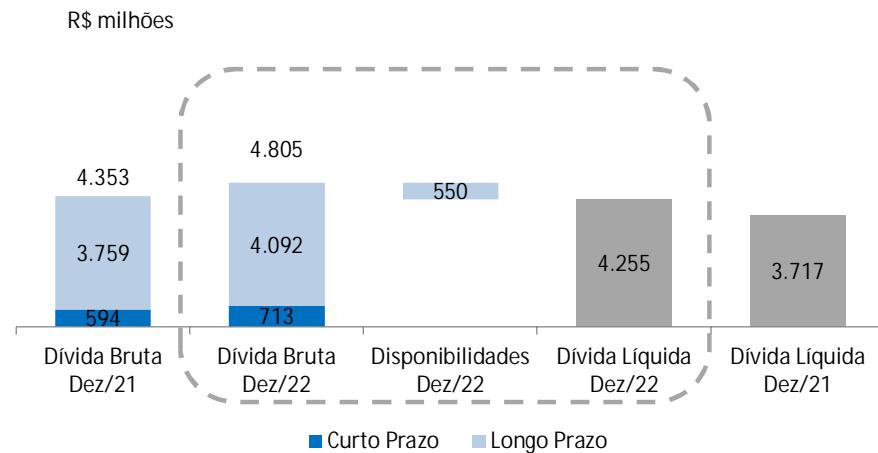


Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como a geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

7 ESTRUTURA DE CAPITAL

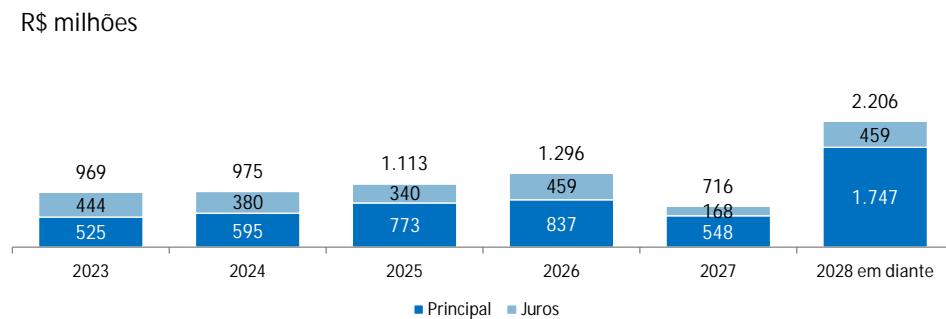
7.1 Perfil da Dívida

Em dezembro de 2022, a dívida líquida da Neoenergia Elektro, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 4.255 milhões (dívida bruta de R\$ 4.805 milhões), apresentando crescimento de 14% (R\$ 538 milhões) em relação a dezembro de 2021. Em relação a segregação do saldo devedor, 85% da dívida está contabilizada no longo prazo e 15% no curto prazo.



7.2 Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2022.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



8 RATING

Em 29 de março de 2022, a Standard & Poor's – S&P reafirmou o rating da Neoenergia e suas distribuidoras em "BB-" na Escala Global e 'brAAA` na Escala Nacional Brasil, limitadas ao rating soberano.

9 OUTROS TEMAS

9.1 Clientes Baixa Renda

A Resolução ANEEL nº 414/2010 define o conceito de consumidores de baixa renda, caracterizados por tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica, subsidiadas por um benefício criado pelo Governo Federal e regulamentado pela Lei nº 12.212 e pelo Decreto nº 7.583.

	Número de Consumidores (milhares)	4T22		4T21		4T22 x 4T21	
		Dif.	%	Dif.	%	Dif.	%
Convencional	2.217			2.217		-	-
Baixa Renda	277	44	18,9%	233			
Total	2.494	2.450	44	1,8%			

9.2 Práticas de Gestão

9.2.1 Remuneração de Acionistas

A Neoenergia Elektro possui definido em seu Estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no site da Companhia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/governanca-corporativa/sistema-de-governanca-corporativa/Paginas/politicas-governanca-corporativa.aspx>).

Em 2022, a Companhia deliberou os seguintes proventos:

- (i) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 49.509 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 30 de março de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
- (ii) Dividendos de R\$ 93.125 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022 e pagos em 05 de maio de 2022;
- (iii) Dividendos Adicionais de R\$ 597.013 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
- (iv) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 49.860 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de junho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
- (v) Dividendos intermediários de R\$ 150.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de julho de 2022 e pagos em 16 de agosto de 2022;
- (vi) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 53.181 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 23 de setembro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;
- (vii) Dividendos intermediários de R\$ 400.000 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de outubro de 2022 e pagos em 20 de dezembro de 2022;
- (viii) Juros sobre Capital Próprio de R\$ 49.261 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração em 15 de dezembro de 2022 e com previsão de pagamento até 31 de dezembro de 2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2022 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2023.

9.2.2 Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, permitindo o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Neoenergia Elektro reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Companhia.

O Sistema, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente, se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, abaixo pormenorizado.

Conselho de Administração

Integrado por oito representantes titulares, sendo um membro independente, e um suplente, todos com mandato de três anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem ordinariamente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou secretário.

Conselho Fiscal

Com função independente, é composto atualmente por cinco membros titulares e igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária para mandatos de um ano. O Conselho Fiscal reúne-se bimestralmente ou em reuniões extraordinárias sempre que convocado.

Diretoria

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente duas vezes por mês ou sempre que convocados pelo Diretor Presidente ou por dois Diretores Executivos.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações financeiras por parte dos principais Executivos.

A certificação ocorre semestralmente para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



9.2.3 Gestão de Pessoas

A Neoenergia adota uma Estrutura Política de Recursos Humanos que tem o objetivo de definir, elaborar e difundir um modelo de gestão de recursos humanos que permita atrair, impulsionar, fidelizar e reter o talento. Também é finalidade fomentar o crescimento pessoal e profissional dos empregados do grupo, tornando-os participantes de seus projetos de sucesso empresarial e garantindo um trabalho digno e seguro, em um ambiente diversificado e inclusivo.

Ao longo de 2022, o Grupo Neoenergia continuou investindo em formação, viabilizando a realização de 1.369.545,83 horas de formação, ultrapassando em 4,7% o ano anterior. Nossa ganho foi maior pois ampliamos a possibilidade de aprendizagem interna reforçando os canais digitais e online, além de enfocar para desenvolvimento de educadores internos.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 723 eletricistas. Esse ano, possuímos em nosso quadro 375 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero.

Saúde e Segurança, Diversidade, Cibersegurança, Ética, Foco no Cliente e Sustentabilidade foram os temas que fizeram parte da agenda Neoenergia. Cada um destes temas teve um mês de atividades voltadas para discussão através de palestras realizadas online e aberta para todos os colaboradores. Falou-se sobre autocuidado, ética e inovação, engenharia social e golpes no whatsapp, finanças sustentáveis, mercado de carbono, empregabilidade diversa e vários outros que foram tratados ao longo do ano, reforçando a cultura e o compromisso da Neoenergia com as metas ESG.

Para o tema Voluntariado, em 2022, o Programa registrou 3.234 participações voluntárias engajadas em 35 oportunidades em todo o país, abrangendo todas as empresas. Alguns destaques:

- Arrecadação de mais de 150 mil unidades de absorventes femininos;
- Ensinando Profissões (palestras focadas em contribuir para o emprego de qualidade para os jovens): aconteceu em cinco estados impactando mais de 700 pessoas;
- Campanha de doação de roupas: arrecadação de mais de 23 mil peças para 64 instituições beneficiárias;
- Operação quilo: doação de mais de 28 mil quilos de alimentos arrecadados distribuídos para milhares de pessoas por meio de 96 ONGs beneficiadas;
- Dia Internacional do Voluntariado Iberdrola: em 2022, marcado pelo retorno das atividades presenciais, contando com 2.065 participações de colaboradores em todas as empresas da Neoenergia, mais de 14 ONGs e 2 mil pessoas foram impactadas direta e indiretamente. Outra ação voluntária foi o Esporte Solidário, pelo qual os colaboradores da Neoenergia utilizaram um aplicativo de celular para registrar caminhadas, corridas e pedaladas, alcançando mais de 12 mil quilômetros, que foram convertidos em doações de 600 pares de tênis para cinco instituições que atendem crianças e jovens nos estados de Pernambuco, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Norte e no Distrito Federal. Na atividade "Eu cuido do meu quadrado", os voluntariados fizeram ações de limpeza com sua família nas proximidades de casa, recolhendo mais de 1,5 tonelada de lixo das ruas;
- Montagem de Skate: Durante a Convenção de Líderes, mais de 100 líderes mostraram energia máxima na montagem de 50 skates que foram doados para crianças e jovens da instituição Esporte e Vida;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



- Árvore da Solidariedade: A campanha tradicional de Natal aconteceu na Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo, onde os voluntários se mobilizaram e entregaram mais de 2.495 presentes para crianças atendidas em cerca de 35 ONGs das áreas de concessão.

Em 2022, adotamos o trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exerçam atividades compatíveis com esse modelo. Nossa experiência durante a pandemia nos mostrou que com essa possibilidade é possível agregar qualidade de vida aos times, sem perda de produtividade, além de alinhar a Neoenergia à realidade do mercado de trabalho.

2022 foi um ano de grandes desafios e realizações, mas contamos com times engajados e comprometidos com a qualidade do serviço prestado às comunidades, onde atuamos. E é gratificante ver os resultados atingidos com o empenho de todos os colaboradores da Neoenergia. E com essa mesma força e determinação seguiremos em 2023.

10 SUSTENTABILIDADE, INOVAÇÃO E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

10.1 ESG

A estratégia e o modelo de negócio da Neoenergia foram desenhados antecipando o papel que o setor elétrico pode desempenhar no combate às mudanças climáticas e na criação de oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Fruto do diálogo com os seus grupos de interesse e consciente do impacto de todas as suas atividades, a Neoenergia tem uma estratégia de desenvolvimento sustentável alinhada com a implementação de um projeto empresarial que visa à criação de valor de forma sustentável tendo como principais referências seu Propósito e Valores, e o respeito aos Direitos Humanos.

A companhia vinculou sua estratégia de negócios e sustentabilidade aos ODS desde sua definição e, em 2018, aprovou a reformulação do seu Sistema de Governança Corporativa cujo principal objetivo era formalizar o compromisso do grupo com essa agenda, destacando a contribuição para o cumprimento do dividendo social gerado pela sua atividade empresarial.

A Neoenergia concentra seus esforços nos ODS nos quais sua contribuição é mais relevante: no fornecimento de energia limpa e acessível (objetivo 7) e na ação global contra as mudanças climáticas (objetivo 13). A empresa mantém compromisso, ainda, com outros ODS relacionados a temas estratégicos e que contribuem diretamente à gestão sustentável dos negócios: água potável e saneamento (ODS 6), indústria, inovação e infraestrutura (ODS 9), vida terrestre (ODS 15) e parcerias e meios de implementação (ODS 17). A companhia segue signatária dos dez princípios do Pacto Global, desde 2007, com uma atuação baseada no respeito a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Como parte dessa evolução contínua, em 2022 o Grupo assumiu 16 metas ESG para os anos 2025 e 2030. Com esses compromissos, a companhia especifica o seu empenho em dar transparência a objetivos relevantes e mensuráveis, que representam os aspectos prioritários na sua contribuição para o desenvolvimento sustentável.

Com muito orgulho, divulgamos os resultados alcançados nesses indicadores em 2022 e os targets para 2025 e 2030:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



	Metas ESG	Parâmetros	2022	2025	2030
E	Emissões	Emissões de gCO2/kWh na geração (escopo 1)	1	36	20
	Eletrificação da frota	Incremento do % de veículos leves próprios eletrificados na frota Neoenergia	8%	13%	50%
	Financiamento sustentável	Revisão anual e atualização do framework de financiamento verde da empresa		✓ Manter prática vigente	
	Digitalização de redes	% redes de AT e MT digitalizadas	74,5%	83%	90%
S	Mulheres em posições relevantes	Presença de mulheres nas posições de Diretoria e Superintendência	28,3%	29,10%	31,80%
	Mulheres em postos de liderança	Presença de mulheres em postos de liderança nas posições de Diretoria, Superintendência e Gerência.	28,8%	30%	35%
	Mulheres formadas eletricistas	% de mulheres formadas nas escolas de eletricistas	36,7%	30%	35%
	Mulheres em postos de eletricista	% de mulheres em postos de eletricistas	5,6%	9%	12%
	Diversidade racial	% de pretos e pardos nas posições de Diretoria, Superintendência, Gerência e Supervisão.	30%	20%	25%
	Contribuição com a comunidade	Voluntariado corporativo (número de pessoas)	3.501	2.321	2.623
	Segurança (ISO 45001)	% trabalhadores próprios lotados em sites certificados pela ISO45001	48%	40%	42%
	Segurança	Número de acidentes de trabalho com e sem afastamento (equipe própria)	0,26	0,43	0,39
	Formação	Média de horas para formação de colaboradores e de profissionais das comunidades onde atuamos	89,2	67	70
G	Fornecedores	% de fornecedores relevantes classificados como sustentáveis	75%	80%	85%
	Remuneração variável ESG	% da remuneração variável para incentivo de longo prazo atrelada a ESG	30%	30%	33%
Governança		Melhores práticas de governança empresarial		✓ Manter prática vigente	

Nota: Em 2022 a intensidade de emissões atípica verificada se deve ao fato da Usina Termopernambuco, movida a gás natural, não ter operado. Nesse ano, o uso do gás e suas emissões associadas corresponde às atividades internas de teste de operação e manutenção das máquinas.

A execução da estratégia ESG da Neoenergia gira em torno de três pilares, reforçando que os temas estão integrados ao modelo de negócios da companhia:

- Desempenho ambiental, o combate à mudança climática e a preservação e recuperação da biodiversidade, por meio das políticas de meio ambiente;
- Compromisso social, que se manifesta nas políticas sociais;
- Normas e políticas de governança corporativa, de acordo com melhores práticas de mercado.

Dessa forma, a Neoenergia busca garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de interesse (clientes, acionistas, empregados, contratados de terceiros, fornecedores, órgãos reguladores, governos e comunidades impactadas pelos seus negócios), retribuindo de forma equitativa a todos aqueles que contribuem para o êxito de seu projeto.

As práticas sustentáveis da Neoenergia, integradas ao seu modelo de negócio, destacam a companhia e permitem o seu posicionamento em importantes índices e ratings de sustentabilidade e governança. Em 2022, a companhia integrou pelo terceiro ano consecutivo a carteira do FTSE4 Good Index Series e do Índice de Sustentabilidade Empresarial, da B3. A Neoenergia também, integra o The Sustainability Yearbook, da S&P e foi destaque no CDP, com score A- em Mudanças Climáticas e B em Segurança Hídrica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



10.2 Inovação

A inovação é prioritária para a Neoenergia garantir a sustentabilidade, a eficiência, a competitividade e manter-se na vanguarda do desenvolvimento de produtos, serviços e modelos de negócios que permitem enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de transformação do setor elétrico. A companhia entende a inovação como um processo descentralizado, aberto e coerente em todas as unidades de negócios.

A estratégia de inovação se alinha à estratégia de desenvolvimento sustentável assumida pela Neoenergia, com foco no fomento das energias renováveis, no aproveitamento das oportunidades que possibilitem a digitalização e a automação de seu negócio, assim como na aposta em tecnologias emergentes e no impulso à transformação digital de seus negócios de forma a contribuir à realização do nono e décimo primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados pela Organização das Nações Unidas ("ODS").

A governança do processo de inovação tem o apoio da plataforma colaborativa Go In, implantada em 2021, como solução tecnológica para a gestão do portfólio de inovação e que estimula a diversidade de ideias para buscar soluções promissoras para os negócios da companhia e o setor elétrico.

Durante 2022, a Neoenergia investiu em P&D+I um total de R\$ 164,3 milhões. Os esforços da companhia estão organizados em torno de cinco grandes eixos alinhados com os vetores fundamentais da transformação do setor de energia, da descarbonização e da eletrificação da economia:

- Tecnologias disruptivas cada vez mais eficientes, sustentáveis e ecologicamente corretas que otimizam o funcionamento de instalações e processos. Hidrogênio verde, energias renováveis inovadoras, mobilidade sustentável, redes inteligentes, armazenamento e eletrificação de sistemas térmicos que contribuem para a transformação industrial com foco na sustentabilidade;
- Novos produtos e serviços competitivos que respondem às necessidades dos clientes, com maior personalização de conteúdo e ofertas;
- Digitalização e automação em todos os negócios e processos com a utilização de tecnologias como, internet das coisas (IoT), realidade virtual e aumentada, big data, inteligência artificial, machine learning e ferramentas de fácil uso como Power BI e Power Apps;
- Inovação com startups, empreendedores e fornecedores com o objetivo de desenvolver novos modelos de negócio e impulsionar inovações incrementais à disruptivas;
- Cultura de inovação e talento como base para os pilares de transformação da organização.

Em 2022, a Neoenergia participou do Inova 2030 – Jovens Inovadores em ODS, programa realizado pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), a maior iniciativa de sustentabilidade corporativa do mundo. Em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC) e Liga de Empreendedores, a iniciativa busca identificar e desenvolver jovens intraempreendedores e acelerar ideias com potencial transformador para colaborar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Cabe ressaltar a inauguração do Lab Neoenergia, iniciativa conduzida com alunos bolsistas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tutorados tecnicamente por professores e colaboradores da Neoenergia para entender e propor soluções tecnológicas que solucionem problemáticas apresentadas pela companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Destaca-se ainda, o reconhecimento em um dos maiores rankings de inovação no Brasil, o TOP 100 Open Corps 2022. A premiação, realizada pela 100 Open Startups, identifica as corporações que mais praticaram inovação aberta com startups no país. Entre julho/2021 e junho/2022, a Neoenergia se relacionou com mais de 47 startups. A startup Automa, vencedora do Startup Challenge de Perdas Não-Técnicas, está desenvolvendo uma solução customizada e integrada de Gêmeos Digitais, que se fundamenta no uso de drones, visão computacional e inteligência artificial. A startup Dispor Energia, selecionada por meio da Chamada Cidade Zero Carbono, lançada pelo Município de Salvador e o SENAI CIMATEC, realiza uma PoC (Proof of Concept) que busca o engajamento ao consumo consciente via inteligência em medidores para gerar créditos ambientais. Ainda no tema de consumo consciente, o projeto piloto Plataforma Educativa de Consumo Consciente, em parceria com a Smartiks, visa a mudança de hábito de consumo através do monitoramento em tempo real e conteúdo educativo.

Outro projeto relevante de inovação aberta é o Coralizar, que conta com a participação da startup Biofábrica de Corais. Esta iniciativa formada entre a WWF-Brasil e o Instituto Neoenergia, tem como o objetivo tornar a restauração, a manutenção e a adaptação dos recifes de corais uma agenda prioritária no Brasil. Enfatiza-se projeto também conduzido pelo Instituto Neoenergia, o Balcão de Ideias e Práticas Educativas, que por meio da inovação social promove a educação em diversas cidades dentro das áreas de atuação do Grupo.

10.3 Educação e Cultura

No âmbito da **educação**, tem destaque o projeto **Balcão de Ideias e Práticas Educativas** que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 983 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes de ensino de 13 municípios nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e São Paulo. Em 2022, o projeto apoiou a criação e implementação de cursos tutorados com foco na educação infantil, ensino fundamental e formação de gestores escolares, além da cocriação de práticas educativas e planos de formação que tenham como foco o desenvolvimento de competências da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Na linha de educação e capacitação para o desenvolvimento territorial, desenvolvemos o projeto **Ventos da Mudança**, uma parceria inovadora entre Neoenergia Renováveis e a Rio Energy com o Centro Técnico de Educação Profissional do Sertão Produtivo (Cetep), escola técnica localizada em Caetité (BA), para contribuir com a formação cidadã e profissional de jovens locais, que possuem escassez de oportunidades para realizar atividades extracurriculares, essenciais para aqueles que estão cursando a formação técnica. Foi criado um calendário pedagógico em conjunto com o Cetep, que envolve Grupos de Trabalho em Educação Ambiental e Juventudes, Atividades Teórico Práticas em Educação Ambiental e Visita Guiada aos parques eólicos, junto a rodas de conversa com profissionais de ambas as empresas sobre carreira, mercado de trabalho e profissão. Em 2022, foram contemplados mais de 100 estudantes. Ainda na região, foram realizados, dentro do projeto **Energia Produtiva de Caetité**, cursos de capacitação digital para estudantes dos cursos técnicos do Centro Territorial De Educação Profissional do Sertão Produtivo, que envolveram também pessoas das comunidades vizinhas, visando facilitar o acesso ao mercado de trabalho empreendedorismo local.

O público jovem também foi destaque nas atividades do **Programa Jovem Empreendedor Rural**, curso de empreendedorismo rural e protagonismo social, para jovens que vivem em comunidades rurais da região dos parques eólicos da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e que certificou 47 alunos que apresentaram propostas sustentáveis de negócios nas comunidades onde vivem. A iniciativa faz parte do Programa SER – Saúde, Educação e Renda, idealizada pela Neoenergia, com o apoio do Instituto Neoenergia, e executado desde 2020 pela Agência de Desenvolvimento Econômico Local (ADEL), com recursos do subcrédito social do BNDES. A iniciativa atua em pilares que impactam diretamente no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) das regiões dos parques eólicos e linhas de transmissão, atendendo aos três eixos do Índice e que também representam a sigla do projeto: Saúde, Educação e Renda.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Pensando na criação de oportunidades de **capacitação profissional gratuita**, a Neoenergia desenvolve a Escola de Eletricistas, que apoia a entrada no mercado de trabalho para moradores das áreas de atuação das distribuidoras de energia elétrica da companhia – Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, São Paulo e Distrito Federal. A escola promove a formação e capacitação de futuros profissionais, que, ao concluírem o programa, se tornam aptos a exercer a função de eletricista de forma técnica e precisa. Com o compromisso de promover a **igualdade de gênero**, desde 2019, a companhia oferece turmas exclusivas para mulheres em edições especiais dos cursos, quebrando o paradigma de que ser eletricistas é uma profissão masculina. Com a evolução do projeto, as turmas passaram a ser mistas, comprovando a possibilidade feminina de ocupar espaços antes predominantemente masculinos. Isso fomentou o crescimento de mulheres em seu quadro de eletricistas com excelentes resultados.

Na esfera **cultural**, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como:

- (i) o edital Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal, ampliando a participação para 42 projetos dirigidos para iniciativas voltadas à valorização da rica diversidade cultural brasileira e contribuindo com os ODS 4, 8, 11 e 17. Além disso, o Instituto atuou no acompanhamento dos 25 projetos selecionados em 2021 com execução em 2022, por meio de sua Central de Editais;
- (ii) a 2ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, foi ampliada para todas as áreas de concessão da Neoenergia;
- (iii) o Programa de Iluminação Cultural foi desenvolvido em nova fase dirigida para as riquezas do patrimônio histórico do interior brasileiro. Foi a vez do Theatro Cinema Guarany, edificação icônica e centenária localizada em Triunfo, no sertão pernambucano. Além da iluminação cênica inaugurada em dezembro de 2022, o programa atuou em duas frentes ao longo de 2022: ação de educação patrimonial para 14 escolas públicas, beneficiando a mais de 400 estudantes, e intervenção cultural para a comunidade durante sua inauguração, envolvendo mais de 100 artistas, produtores culturais e negócios locais, estimulando a geração de trabalho e renda;
- (iv) a Caravana Energia que Transforma, continuou a desenvolver atividades com foco em ações formativas para gestores socioculturais de diversos estados brasileiros. Além dos módulos online, em 2022, foi realizado o primeiro evento presencial: “Trilhas da Caravana, caminhos para uma boa gestão”, um momento de troca e networking para 40 participantes do setor cultural do DF;
- (v) o Instituto, em parceria com a Termopernambuco, apoiou o primeiro projeto parte do Resgatando a História, maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil, idealizado pelo BNDES, que conta com o apoio de grandes empresas brasileiras. A Termopernambuco destinou R\$ 2 milhões à Reforma de imóvel para requalificar o Portomídia, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a ser executado entre os anos de 2023 e 2025. Inserido no conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do bairro do Recife, a edificação tombada pelo IPHAN será reformada e ampliada para fortalecer seis cadeias de negócios de economia criativa dirigidas à tecnologia como games, cinevideoanimação, multimídia, design, fotografia e música;
- (vi) o Oficinas Culturais e Artísticas (OCA) ofereceu 240 vagas para jovens de 16 a 24 anos e mulheres em situação de vulnerabilidade social, das cidades de Campos do Jordão, Santa Isabel e Capão Bonito, no estado de São Paulo. Com ações de formação nos campos da economia criativa- cultura digital, design de moda e de produto, o projeto promoveu possibilidades de geração de trabalho e renda. A iniciativa é desenvolvida com recursos do ProAC – Programa de Ação Cultural de São Paulo;
- (vii) o Entre o Céu e a Favela, apoiado por meio da Lei Municipal de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, atua há 10 anos no Morro da Providência, região vulnerável na zona portuária do Rio de Janeiro, desenvolvendo oficinas multidisciplinares no contraturno escolar de crianças e jovens da comunidade, além de oficinas profissionalizantes para as mães dos beneficiados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



10.4 Instituto Neoenergia

Em um ano de resiliência e crescimento, o Instituto Neoenergia ampliou seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, de melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os cinco pilares de atuação do Instituto – Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura, Ação Social e Colaboração Institucional, foram realizadas iniciativas que promoveram a diferença durante o ano de 2022, em 12 estados brasileiros e no Distrito Federal.

10.5 Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética (PEE) da Neoenergia Elektro tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica e contou com investimento de R\$ 25,8 milhões em 2022.

Entre as ações que merecem destaque estão:

- Execução de projetos com **ação em comunidades populares** com troca de quase 150 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais baixa renda e mais de 24 mil lâmpadas em 275 instituições dessas comunidades.
- Execução dos projetos **Educativos** em escolas públicas e formação EAD de professores, capacitando 1,1 mil professores e mais de 34,6 mil alunos da área de concessão da NEOENERGIA ELEKTRO sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica. Projetos fortemente impactados pela pandemia.
- Execução de projetos de **Eficientização de prédios públicos e assistenciais** (escolas públicas, unidades de saúde – hospitais e postos médicos, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão da distribuidora, sendo beneficiadas 726 unidades em São Paulo, totalizando mais de 85 mil lâmpadas substituídas e 11 sistema solar fotovoltaico instalado, totalizando 683,66 kWp.
- Execução de projeto **Neoenergia Solar** que concedeu desconto de 50% para instalação de energia solar em 188 residências da área de concessão da Elektro, totalizando 705,80 kWp instalado com troca de 291 lâmpadas por LED.
- Execução de projetos de **Eficientização de Iluminação Pública** em 9 municípios (Junqueirópolis, Cabreúva, Buri, Aguai, Tietê, Rio Claro, Tatuí, Pilar do Sul e Iguapê) da área de concessão da Elektro, com a substituição de mais de 7 mil pontos de IP por tecnologia LED.
- Execução de projeto de **Eficientização de Empresas de Saneamento** no interior de São Paulo com a substituição de 1 motor em 1 unidade municipal do Estado de São Paulo: SAAE Pirassununga.
- Execução de projeto **Plataforma Consumo Consciente** que prevê a instalação de um equipamento no medidor de energia da residência que coleta dados a serem disponibilizados numa plataforma de monitoramento de consumo em tempo real de baixo custo e interações com conteúdo educativo, alertas e orientações sobre consumo consciente. Em março de 2022, foi assinado o contrato com a parceira Smartiks para fornecimento dos equipamentos e disponibilização da plataforma de monitoramento e iniciado o processo de homologação junto a ANATEL para fabricação dos equipamentos. A entrega do primeiro lote de 100 (unidades) ocorreu em novembro e as instalações iniciarão em 2023 com a abertura de inscrições através do site para clientes interessados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



10.6 Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2022, foram investidos R\$ 47,19 milhões no Programa de P&D ANEEL, sendo R\$ 22,51 milhões em desenvolvimento de projetos da Neoenergia Elektro, R\$ 13,71 milhões destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC), R\$ 6,86 milhões ao Ministério das Minas e Energia (MME) e R\$ 4,11 milhões destinados à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Abaixo são elencados os principais projetos do Grupo:

Tecnologias Inteligentes/ Recuperação de Energia: destacam-se os projetos: (i) **GODEL – Observatório de Redes**, reconhecido em 2022 como melhor projeto apresentado no 39º Circuito Nacional do Setor Elétrico – CINASE na categoria Inovação Tecnológica, composto por módulos que entregaram produtos já incorporados aos processos de negócios da Neoenergia e outros em desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento, como no módulo GODEL Analytics, um aplicativo que apresenta o mapeamento das perdas técnicas e comerciais, indicando as áreas com maiores oportunidades para ações voltadas para recuperação de receitas, . no módulo Godel Multilink, um concentrador de dados de medição com tecnologia nacional para comunicação por radiofrequência com o objetivo de garantir interoperabilidade entre os equipamentos de campo da rede de distribuição, além de possibilitar o envio dos dados da medição para os sistemas de gerenciamento da distribuidora por meio de múltiplos links de comunicação, e no módulo GODEL Hosting Capacity, um sistema pioneiro no Brasil para determinação da capacidade de acomodação de geração distribuída e de novas cargas na rede de média tensão, proporcionando aumento na eficiência para resposta de pedidos de acesso pelos clientes, possibilitando que eles realizem suas consultas e obtenham respostas imediatas; o (ii) **Antenas Inteligentes**, que consiste em um conjunto de circuitos eletrônicos que formam um sistema confiável de antenas com abrangência de 360° para a comunicação entre o Centro de Operações e as chaves religadoras da rede distribuição, podendo ser aplicado a qualquer subestação que utilize enlace de rádio; e o (iii) **Conexão Digital**, que entregará importantes produtos para transformar a experiência do cliente Neoenergia, oferecendo canais digitais mais eficientes e personalizados, tornando mais efetivo o atendimento humano e digital.

Segurança: dentre os principais projetos de P&D temos: o (i) **Braço Robótico**, que possibilita a execução da poda de árvores próximas às redes energizadas de forma robotizada e com operação remota, com maior segurança e eficiência; o (ii) **Sensor de Proximidade** que consiste em tecnologia para mitigação de acidentes elétricos com equipes de campo, através de sensores instalados no cesto aéreo do caminhão e uma central de processamento que sinalizará e atuará para evitar uma possível situação de risco; o (iii) **Smart Safety Eye**, um sistema com inteligência artificial para identificação de ações inadequadas pelas equipes de campo, tais como a não utilização ou uso inadequado de equipamentos de proteção individual (EPI), bem como a realização de procedimentos incorretos; a (iv) **Medição de Malha de Terra**, equipamento capaz de medir a impedância da malha de terra sem a necessidade de desligamento da subestação; e a (v) **Segurança de Barragens**, que desenvolve sistema inovador georreferenciado para gestão inteligente, em tempo real, do Plano de Segurança de Barragens (PSB), que funciona como apoio à tomada de decisão, a partir de análises de risco dos empreendimentos e de consistência de dados.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Qualidade e Confiabilidade: destacamos o (i) **Qualímetro com Oscilografia Contínua**, equipamento para a avaliação da qualidade do fornecimento de energia e para integração com o sistema de localização de defeitos em redes de distribuição, de modo a melhorar a qualidade e segurança da rede; o (ii) **Lote pioneiro do aferidor de medidores**, que desenvolveu e entregou para a operação das distribuidoras Neoenergia, 24 unidades do equipamento intitulado ADR 9000, utilizadas para aferir medidores de energia elétrica em campo, sem a necessidade de interrupção no fornecimento de energia do consumidor; a (iii) **Tecnologia de Armazenamento para Religadores** que utiliza ultracapacitores com baterias, sendo pioneiro para a confiabilidade dos equipamentos automatizados; o (iv) **SIERF (Sistema de Identificação de Equipamentos por Radiofrequência)**, que desenvolveu e entregou para testes o sistema de identificação, cadastro e rastreabilidade de equipamentos de redes de distribuição, composto por coletor de dados por radiofrequência e etiqueta eletrônica de alta longevidade para identificação de ativos com superfície metálica, tais como transformadores e medidores; e o (v) **SMARTF (Simulação e Modelagem do Ambiente Regulatório e Tecnológico Futuro das distribuidoras)**, que desenvolveu e entregou ferramenta computacional para definição da estratégia de negócios das empresas distribuidoras Neoenergia, considerando cenários de trajetórias regulatórias alternativas, de evolução das redes, do comportamento do consumidor e inserção de recursos energéticos distribuídos, tais como geração, armazenamento, veículos elétrico e esquemas de resposta da demanda. Além dos seguintes projetos, em desenvolvimento, de P&D:

- Veículo com sistema inteligente para **Lavagem dos Isoladores** das redes de distribuição considerando o nível medido de salinidade;
- Veículo Aéreo Não Tripulado (**VANT**) autocarregável com sistema automático destinado ao cadastro remoto de ativos e inspeções em linha de distribuição e de transmissão;
- **Torre de Emergência Móvel** para reposição emergencial de estruturas em 69kV e/ou 138kV (suspensão e/ou ancoragem), incluindo o desenvolvimento de âncoras nacionais removíveis
- **Previsão Climática: desenvolvimento de algoritmo e aplicativo computacional** para previsão da evolução da temperatura do ar e da sensação térmica, utilizando resultados de modelos numéricos do sistema climático, combinados com técnicas de machine learning, objetivando projeções mais assertivas do mercado de energia das distribuídas;
- **Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico (SIASE-T)** que consiste em desenvolvimento de um portal de informações do segmento de transmissão de energia elétrica, que irá reestruturar e integrar as bases de dados atualmente utilizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), melhorando a eficiência do processo de gestão e permitindo o acesso de informações qualificadas pela sociedade

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Sustentabilidade do Negócio: foram desenvolvidos os projetos: (i) **Caminhão Elétrico**, atualmente com 2 veículos em operação que contam com cesto aéreo eletro-hidráulico para serviços de redes de distribuição de energia elétrica com sistema inteligente para o gerenciamento da recarga do caminhão e com sistema eficiente para recargas de oportunidade do veículo na própria rede de baixa tensão da distribuidora; (ii) **Corredor Verde**, que consiste em eletrovia de 1.200 km interligando Salvador (BA) e Natal (RN), contendo 11 estações de recarga de rodovias (50kW) mais 6 estações em shoppings urbanos (22kW), oferecendo uma ampla infraestrutura para usuários de veículos elétricos na região nordeste, propondo um novo modelo de negócios para serviços de recargas no âmbito de empresas do setor elétrico; (iii) **Mobilidade Elétrica Trilha Verde**, projeto em desenvolvimento em Fernando de Noronha que objetiva estabelecer, de forma sustentável, soluções e modelos de negócio para atividades de turismo, serviços públicos e operação da Neoenergia Pernambuco, com a utilização de veículos elétricos e estações de carregamento, distribuídas em locais estratégicos da ilha, assegurando o suprimento por meio de fontes renováveis com sistema de armazenamento de energia; (iv) **Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)**, concluído em 2022, consiste em um sistema de armazenamento com baterias de íons de lítio, utilizado para otimização do despacho dos geradores da usina termoelétrica Tubarão, em Fernando de Noronha, considerando a existência de usinas solares centralizadas e geração distribuída na ilha; (v) **Microrrede**, também concluído em 2022, é um sistema centralizado de energia solar com baterias e rede de distribuição, constituindo alternativa para atendimento das obrigações regulatórias do programa Luz Para Todos (LPT) com propostas de melhorias do ponto de vista técnico e regulatório, que beneficia 113 unidades consumidoras no interior do sertão da Bahia; (vi) **Gestão de PCB** (bifenilas policloradas) sistema computacional para gestão, acompanhamento e controle dos equipamentos que operam com óleos sintéticos contendo bifenilas policloradas (PCBs) ou óleos minerais/vegetais contaminados no sistema elétrico da Neoenergia Brasília; (vii) **Soluções sustentáveis e ecoeficientes para convívio da arara-azul-de-lear (Anodorhynchus leari)**, que possui como objetivo o desenvolvimento de soluções para o convívio da arara-azul-de-lear com a rede elétrica de distribuição e criação de um amplo Programa de Conservação da espécie, constituído pelas vertentes ambiental, social, educacional e tecnológica; (viii) **Mexilhão Dourado**, que desenvolve tecnologia para controle populacional do mexilhão dourado presente em reservatórios de usinas hidrelétricas; (ix) **Hidrodigital**, que desenvolverá instrumentos regulatórios para o incentivo da melhoria da performance da operação de usinas hidrelétricas existentes, por meio da avaliação, com técnicas de inteligência artificial, dos dados fornecidos por sensores instalados nas turbinas hidráulicas, com o resultado esperado de incremento da geração anual de energia e/ou capacidade de reserva; e projeto de P&D de (x) **Hidrogênio Verde**, que implantará uma solução de produção local de hidrogênio verde, a partir de energia solar fotovoltaica para atendimento da demanda interna de resfriamento de turbogeradores, aplicação em empilhadeira e em mobilidade elétrica (abastecimento veicular).

11 PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DA NEOENERGIA ELEKTRO

As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos.

Melhores e Maiores da Revista Exame - Em 2022, a Neoenergia e seis de seus negócios foram classificados na edição especial da revista Exame "Melhores e Maiores 2022". No setor de energia, a Neoenergia Brasília, incorporada em março de 2021, fez sua estreia. O ranking também inclui: a holding; duas transmissoras (Neoenergia Guanabara e Neoenergia Dourados); e três distribuidoras - Neoenergia Coelba (BA), Neoenergia Pernambuco (PE) e Neoenergia Elektro (SP e MS).

12 AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162, de 14 de julho de 2022, a Companhia declara que mantém contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. ("Deloitte"), firmado em 01/03/2021, com vigência de 60 (sessenta) meses.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Em 2022, a Deloitte prestou serviços de auditoria pelo montante R\$ 660.532,00, dos quais R\$ 586.314,00 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$ 74.218,00 referem-se a outros serviços relacionados à auditoria, tais como auditoria de demonstrações regulatórias e procedimentos previamente acordados sobre relatório controle patrimonial. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

13 BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2022 será publicado até 31 de março de 2023 no site da companhia (www.neoenergia.com). A Neoenergia divulga seu desempenho em aspectos ambientais, sociais, econômicos e de governança anualmente, desde 2004, quando publicou seu primeiro Relatório Anual, como forma de demonstrar seu compromisso com a transparência e um modelo de crescimento sustentável. A partir de 2010, passou a elaborar o relatório com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, também considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, e as recomendações contidas no Corporate Sustainability Assessment (CSA), da S&P Global, para o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). A partir de 2021, o relatório adicionou as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-Tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

14 NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Elektro apresenta os resultados do quarto trimestre e do acumulado de 2022 (4T22 e 2022) a partir de análises gerenciais que a Administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Como referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultados em 31 de dezembro de 2022



Memória de Cálculo	Ano atual		Ano anterior		Correspondência nas Notas Explicativas (*)
	4T22	2022	4T21	2021	
(+) Receita líquida	2.204	8.388	2.386	8.505	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(57)	(313)	(85)	(281)	Nota 3
(-) Outras receitas	(46)	(163)	(32)	(112)	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	2	4	-	5	Nota 3.4
= RECEITA Operacional Líquida	2.103	7.916	2.269	8.117	
(+) Custos com energia elétrica	(1.126)	(4.321)	(1.404)	(5.397)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(344)	(1.128)	(205)	(699)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(1.470)	(5.449)	(1.609)	(6.096)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	57	313	85	281	Nota 3
= MARGEM BRUTA	690	2.780	745	2.302	
(+) Custos de operação	(201)	(748)	(188)	(669)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(15)	(57)	(13)	(52)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e adminis	(83)	(257)	(42)	(197)	Demonstrações de resultado
(-) Depreciação e Amortização	82	311	73	297	Nota 6
(+) Outras receitas	46	163	32	112	Nota 3
(+) Outras receitas - Outras	(2)	(4)	-	(5)	Nota 3.4
= Despesa Operacional (PMZO)	(173)	(592)	(138)	(514)	
(+) PECLD	(30)	(89)	(30)	(90)	Demonstrações de resultado
EBITDA	487	2.099	577	1.698	
(+) Depreciação e Amortização	(82)	(311)	(73)	(297)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(124)	(406)	(119)	(244)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	(74)	(396)	(99)	(335)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	207	986	286	822	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ELEKTRO S.A. ("Neoenergia Elektro" e/ou "Companhia"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Elektro e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Elektro.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Elektro sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	2022	2021
Receita operacional, líquida	3	8.388	8.505
Custos dos serviços		(6.197)	(6.765)
Custos com energia elétrica	4	(4.321)	(5.397)
Custos de construção	5	(1.128)	(699)
Custos de operação	6	(748)	(669)
Lucro bruto		2.191	1.740
Perdas de créditos esperadas	10.2	(89)	(90)
Despesas com vendas	6	(57)	(52)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(257)	(197)
Lucro operacional		1.788	1.401
Resultado financeiro	7	(406)	(244)
Receitas financeiras		258	156
Despesas financeiras		(599)	(406)
Outros resultados financeiros, líquidos		(65)	6
Lucro antes dos tributos		1.382	1.157
Tributos sobre o lucro	8.1.1	(396)	(335)
Corrente		(255)	(187)
Diferido		(141)	(148)
Lucro líquido do exercício		986	822
Lucro básico e diluído por ação – R\$	19.2 (a)		
Ordinária		4,83	4,03
Preferencial A		5,32	4,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Lucro líquido do exercício	986	822
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Obrigações com benefícios a empregados	33	142
Hedge de fluxo de caixa	(1)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(11)	(48)
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	21	94
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(41)	(21)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	14	7
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(27)	(14)
Outros resultados abrangentes do exercício líquido dos tributos	(6)	80
Resultado abrangente do exercício	980	902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	986	822
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	315	298
Baixa de ativos não circulantes	22	10
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	396	335
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	406	244
Valor de reposição estimado da concessão	(313)	(281)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	388	(224)
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	33	(191)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	20	16
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	850	(691)
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(427)	(45)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(30)	(13)
Outros ativos e passivos, líquidos	(129)	9
Caixa líquido proveniente das operações	2.517	289
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(310)	(167)
Instrumentos derivativos recebidos/(pagos), líquidos	(13)	20
Rendimento de aplicação financeira	104	29
Juros pagos - Arrendamentos	(3)	(3)
Tributos sobre o lucro pagos	-	(176)
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.295	(8)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(1.126)	(747)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(60)	(30)
Resgate de títulos e valores mobiliários	52	26
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(1.134)	(751)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	750	2.550
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(7)	(17)
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(750)	(1.695)
Obrigações especiais	9	67
Pagamento de principal - Arrendamentos	(12)	(12)
Instrumentos derivativos recebidos, líquidos	180	206
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas (nota 19.2 (b))	(1.428)	(628)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(1.258)	471
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período	(97)	(288)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	624	912
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	527	624
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	13	8
Arrendamentos capitalizados	14	11
Adição e atualização de provisões capitalizadas	1	9
Adições de obrigações especiais - incorporadas por meio de doações de bens	16	15

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	527	624
Contas a receber de clientes e outros	10	1.830	2.109
Títulos e valores mobiliários		23	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	57	266
Tributos sobre o lucro a recuperar	8.1.3	42	62
Outros tributos a recuperar	8.2.1	134	74
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	316
Outros ativos circulantes		152	136
Total do circulante		2.765	3.599
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	32	51
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	213	397
Outros tributos a recuperar	8.2.1	81	601
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	10	148
Depósitos judiciais	16.1 (c)	44	39
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	-	177
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12.1	4.407	3.488
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12.2	714	573
Outros ativos não circulantes		41	43
Direito de uso		22	23
Intangível	13	1.597	1.538
Total do não circulante		7.161	7.078
Total do ativo		9.926	10.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	14	755	699
Empréstimos e financiamentos	15.2	754	858
Passivo de arrendamento		9	5
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	16	2
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	120	103
Tributos sobre o lucro a recolher	8.1.3	35	-
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	34	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	244	392
Ressarcimento à consumidores - Tributos federais	8.3	70	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	19.2 (b)	42	151
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	40	28
Outros passivos circulantes	17	126	215
Total do circulante		2.245	2.453
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15.2	4.268	4.156
Passivo de arrendamento		18	19
Instrumentos financeiros derivativos	15.3	37	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	8.2.2	70	72
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.3	-	541
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	132	147
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	18	15	39
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	252	-
Outros passivos não circulantes	17	24	16
Total do não circulante		4.816	4.990
Patrimônio líquido		2.865	3.234
Total do passivo e do patrimônio líquido		9.926	10.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de Lucros			Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	952	766	(103)	171	771	-	425	2.982
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	822	-	822
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(425)	(425)
Outros resultados abrangentes	-	-	80	-	-	-	-	80
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(822)	-	(822)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	952	766	(23)	171	771	-	597	3.234
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	986	-	986
Aprovação dos dividendos adicionais propostos (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(597)	(597)
Outros resultados abrangentes	-	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Destinação do lucro líquido:								
Remuneração aos acionistas (nota 19.2 (b))	-	-	-	-	-	(986)	234	(752)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	952	766	(29)	171	771	-	234	2.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais)



	2022	2021
Receitas		
Vendas de energia, serviços e outros	12.773	12.274
Perdas de créditos esperadas	(89)	(90)
	12.684	12.184
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda (*)	(3.073)	(4.079)
Encargos de uso da rede básica de transmissão (*)	(1.686)	(1.865)
Materiais, serviços de terceiros e outros (*)	(1.435)	(951)
	(6.194)	(6.895)
Valor adicionado bruto	6.490	5.289
Depreciação e amortização (*)	(315)	(298)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	6.175	4.991
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros e variações cambiais de ativos (*)	1.108	936
Valor adicionado total a distribuir	7.283	5.927
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações e administradores (incluindo férias e 13º salário)	319	236
Encargos sociais (exceto INSS)	16	14
Benefícios	158	181
(-) Transferências para ordens (**)	(145)	(130)
Outros	13	11
	361	312
Impostos, taxas e contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	66	50
ICMS	1.708	1.703
PIS/COFINS	473	436
Tributos sobre o lucro	396	335
Obrigações intrassetoriais	1.784	1.090
Outros	11	7
	4.438	3.621
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros, variações cambiais e aluguéis (*)	1.498	1.172
	1.498	1.172
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	986	822
	986	822
Valor adicionado distribuído	7.283	5.927

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS;

(**) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Redes S.A. – Neoenergia Elektro (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Campinas - São Paulo - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”). Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 228 municípios, dos quais 223 estão localizados no estado de São Paulo, e os outros 5 no estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo uma área de concessão de 121 mil km², a qual é regulada pelo contrato de concessão nº 187/98, com vencimento em 2028.

Adicionalmente a Companhia vem atendendo consumidores livres no estado de São Paulo e Mato Grosso do Sul, desde 2002.

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

As políticas de Riscos Financeiros e Operacionais do Grupo Neoenergia foram atualizadas em relação às políticas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, conforme processo de revisão previsto.

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins de proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco aprovada pelo Conselho de Administração define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos da Companhia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatutos das controladas da Companhia.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de mercado – Taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de swap e a termo.
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR(*) e CDI.	Operações de swap, gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos covenants financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

(*) O Grupo Neoenergia está em processo de transição da taxa de juros de referência LIBOR para uma nova taxa de referência a ser concluída em 2023. Tendo em vista que a substituição da taxa referencial por outra, se refletirá tanto no contrato da dívida como no instrumento derivativo, a Companhia não espera que haja impacto na relação de hedge vigente.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2022, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 21.7.

(ii) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem principalmente as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas na nota 21.7.

(iii) Risco de inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar a elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. As estratégias de *hedge* de índices de inflação são descritas na nota 21.7.

(iv) Risco de preço de commodities

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

Commodities energéticas: os preços das *commodities* energéticas são influenciados por fatores específicos dos negócios de geração de energia como demanda e oferta, hidrologia, recursos eólicos e solares, além da entrada ou atraso de novos projetos na matriz energética. As variações nos preços de *commodities* energéticas podem causar perda potencial de margem e/ou valor. A gestão do risco de preço de energia é realizada na análise da sobrecontratação de energia das distribuidoras do Grupo Neoenergia, na cobertura de lastro da energia comercializada e na venda da energia ao cliente final.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* das dívidas em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país (nota 15.2 (d)).

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos de valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos e financiamentos e respectivos instrumentos derivativos (nota 15).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais no negócio de distribuição. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	-	-	AA
BNP Paribas	AAA	AAA	AAA
Bradesco	AAA	AAA	AAA
Caixa Econômica Federal	AAA	AAA	AA
Citibank	-	-	AAA
Goldman Sachs	-	-	AAA
Itaú	AAA	-	AAA
Santander	AAA	AAA	-
Votorantim	AA	AAA	-
Bank of America	-	-	AAA
JP Morgan	-	AAA	-
Morgan Stanley	-	AAA	-
Mitsubishi UFJ (1)	A1	A-	A-
Sumitomo Mitsui	-	AAA	AAA
Scotiabank	AAA	-	-

(1) Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc - MUFG possui rating apenas em escala global.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

1.1.2 Gestão de riscos operacionais

(a) Riscos regulatórios

Ambiente Regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (revisão tarifária extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de Price Cap (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

As Distribuidoras devem preservar, seja por previsão específica em seus Contratos de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência a partir de 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurado mediante a apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora. Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, a ANEEL pode tornar obrigatória a apresentação de um plano de resultados, limitar o pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio ou, ainda, em caso de reincidência, abrir processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Em caso de inadimplemento por parte da concessionária no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR (Reserva Global de Reversão), CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e CCC (Conta de Consumo de Combustíveis), nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Base de Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

Os contratos de concessão estabelecem que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela empresa são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das *commodities* (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGÉ) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(b) Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à garantia física, cujo volume é determinado pelo Ministério de Minas e Energia. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, reduzindo a geração hidrelétrica devido a sua substituição por fontes térmicas ou à queda do consumo propiciada pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode fazer com que a Companhia necessite comprar energia no mercado de curto prazo, para fazer frente aos seus contratos de venda, a um preço de curto prazo (PLD) mais elevado. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada (R\$)
Terrorismo	31/05/2022 a 31/05/2023	499
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2022 a 31/05/2023	36
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	44
Veículos - Executivo	31/05/2022 a 31/05/2023	100% FIPE
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	1.717
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	1
Veículos - Operacional	31/05/2022 a 31/05/2023	1
Transporte	08/10/2022 a 08/10/2024	2
D&O	23/08/2022 a 23/08/2023	150
Cibersegurança	13/06/2022 a 01/06/2023	26

Os seguros da Companhia são contratados conforme às respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 13 de fevereiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhões de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação, ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações relacionadas na nota 2.5 (a).

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas:

Notas	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados
8.1	Tributos sobre o lucro diferidos
10.2	Perdas de crédito esperadas
11	Ativos e passivos financeiros setoriais
12	Concessão do serviço público (ativo financeiro e ativo contratual)
16.1	Provisão para processos judiciais
18.1	Obrigações com benefícios de aposentadoria

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1 / CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2022	2021
Fornecimento de energia (nota 3.1)	5.735	5.771
Disponibilidade da rede elétrica (1)	5.408	4.480
Construção de infraestrutura da concessão	1.128	699
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	92	240
Valor de reposição estimado da concessão (2)	313	281
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	(66)	691
Outras receitas (nota 3.3)	<u>163</u>	<u>112</u>
Receita operacional bruta	12.773	12.274
(-) Deduções da receita bruta (nota 3.4)	<u>(4.385)</u>	<u>(3.769)</u>
Receita operacional, líquida	8.388	8.505

(1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição ("TUSD") refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores livres e cativos;

(2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória ("BRR").

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Reajuste Tarifário Anual - IRT 2022

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 23 de agosto de 2022, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia, com vigência a partir de 27 de agosto de 2022, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.100/2022. O efeito médio para os consumidores foi de 15,77%, sendo que para os consumidores da alta tensão, 23,72%, enquanto para os da baixa tensão, 11,61%.

O uso dos créditos tributários referentes a exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS, aporte da CDE Eletrobras, decorrente do processo de capitalização da Companhia, disponibilização de recursos da Conta de Comercialização de Itaipu, bem como a antecipação da reversão para modicidade tarifária das receitas de ultrapassagem de demanda e excedente reativo constituídas até julho/2022, contribuíram para redução do efeito médio para o consumidor, enquanto o reajuste dos itens da parcela B foi integralmente aplicado já a partir desta data.

A variação da parcela A foi de 21,48%, totalizando R\$ 6.411, impactada principalmente pelo aumento de 5,46% nos custos com compra de energia. O preço médio de repasse dos contratos de compra de energia foi definido em R\$ 233,33 MWh. Já a variação da parcela B foi de 9,32%, totalizando R\$ 2.655, reflexo da inflação acumulada (IGP-M) desde o último reajuste, de 10,08%, deduzida do fator X de 0,76%.

Bandeira Tarifária – Escassez Hídrica

Em agosto de 2021, através da Resolução, nº 3, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética ('CREG'), determinou, que a ANEEL implementasse patamar específico de Bandeira Tarifária, denominado Bandeira Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh.

Até dezembro de 2022 a Companhia faturou R\$ 508 (R\$ 435 em 31 de dezembro de 2021) a título de Bandeira de Escassez Hídrica.

Esse patamar foi criado para custear com recursos da bandeira tarifária os custos excepcionais do funcionamento de usinas térmicas e da importação de energia, previstos no anexo da referida resolução. A cobrança foi aplicada para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional – SIN de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção da subclasse residencial baixa renda beneficiária da tarifa social de energia elétrica, que continuarão pagando com os mesmos descontos que já têm nas tarifas, de 10% a 65%, dependendo da faixa de consumo, a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelhas 1 e 2, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Bandeiras	2022		2021	
	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda	Consumidores SIN (Exceto Baixa Renda)	Baixa Renda
Jan	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Fev	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mar	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Abr (*)	Escassez Hídrica	Verde	Amarela	Amarela
Mai	Verde	Verde	Vermelha Patamar I	Vermelha Patamar I
Jun	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Jul	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Ago	Verde	Verde	Vermelha Patamar II	Vermelha Patamar II
Set	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Out	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar II
Nov	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Amarela
Dez	Verde	Verde	Escassez Hídrica	Verde

(*) A Bandeira Escassez Hídrica esteve vigente até 15 de abril de 2022, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE, em reunião ordinária realizada em 6 de abril de 2022, deliberou pela interrupção de sua cobrança a partir de 16 de abril de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Nos exercícios de 2022 e 2021, os valores dos adicionais das bandeiras tarifárias foram definidos conforme detalhamento da tabela a seguir:

Patamares	Até junho/2021	De julho/2021 a junho/2022	De setembro/2021 a 15/abril/2022	A partir de julho/2022
	REH nº 2.628/2019 R\$/MWh	REH nº 2.888/2021 R\$/MWh	Resolução nº 3/2021 MME R\$/MWh	REH nº 3.051/2022 R\$/MWh
Verde	-	-	Não altera	-
Amarela	13,43	18,74	Não altera	29,89
Vermelha Patamar I	41,69	39,71	Não altera	65,00
Vermelha Patamar II	62,43	94,92	Não altera	97,95
Escassez Hídrica	-	-	142	-

A Resolução MME nº 3/2021 apresentou somente o valor da Bandeira Escassez Hídrica, bem como seu período de vigência, permanecendo inalterados, portanto, valores e vigência da REH nº 2.888/2021, até junho de 2022, quando foram alterados pela REH nº 3.051/2022.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Residencial	5.021	5.159	4.217	4.086
Comercial	2.097	2.078	1.959	1.711
Industrial	1.125	1.222	826	900
Rural	889	1.133	571	606
Poder público	330	286	273	218
Illuminação pública	498	518	266	278
Serviços públicos	443	480	400	375
Consumo próprio	8	8	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(146)	12
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(3.581)	(3.092)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	950	677
Total	10.411	10.884	5.735	5.771

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 27 de agosto de 2022 conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.100/2022;
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 92 (R\$ 69 em 2021) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 525 (R\$ 465 em 2021) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 8 (R\$ 95 em 2021) referente à subvenção bônus crise hídrica; (iv) R\$ 57 (R\$ 48 em 2021) referente à subvenção CCRBT; (v) R\$ 84 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção escassez hídrica; e (vi) R\$ 184 (R\$ 0 em 2021) referente à subvenção CDE modicidade Eletrobras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	2022	2021
CVA e neutralidade		
Energia (1)	(530)	263
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	(413)	314
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	149	74
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST	59	38
Neutralidade de encargos setoriais	28	39
PROINFA	35	-
	(672)	728
Componentes financeiros e subsídios		
Ressasse de sobrecontratação (4)	246	(37)
Risco hidrológico	9	(69)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (5)	90	22
Compensação ref. acordos bilaterais de CCEAR	-	(32)
Passivo conta COVID	-	3
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (6)	282	88
Crédito consumidor reversão para modicidade	22	(9)
Modicidade Eletrobras (7)	(120)	-
Outros	77	(3)
	606	(37)
Total	(66)	691

- (1) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para a redução das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, e os eventos financeiros de contabilização da CCEE no curto prazo em 2022, conforme determinado pela ANEEL, resultando em um aumento da CVA a devolver neste ano;
- (2) CVA passiva, decorrente das diferenças a menor entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o redutor bandeira tarifária alocado no ESS em 2022 e o próprio custo do Encargo de Segurança Energética e do Encargo por Ultrapassagem da Curva de Aversão ao Risco (ESS_CAR), conforme determinado pela ANEEL;
- (3) CVA ativa, em função da REH nº 3.034/2022, que homologou as quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a dezembro de 2022, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a receber;
- (4) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor a maior entre os períodos, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;
- (5) Componente Financeiro referente a antecipação da reversão de créditos da UDER, conforme Despacho ANEEL nº 245/2016, e homologados pela ANEEL a partir do processo tarifário de 2021. Sendo no IRT 2021 homologado a antecipação das competências de nov/17 a Jul/21, e no IRT 2022 as competências de ago/22 a jul/22;
- (6) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2022, R\$ (347) a título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até dezembro de 2022, o valor ativo de R\$ 282 em contrapartida da redução da receita; e
- (7) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e o Despacho ANEEL nº 1.959/2022, sendo constituído pela Companhia o passivo de R\$ 120 em 31 de dezembro de 2022.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

3.3 Outras receitas

	2022	2021
Arrendamentos e aluguéis	145	98
Comissão serviços de terceiros	4	-
Serviço taxado	2	2
Taxa de iluminação pública	8	7
Outras receitas	4	5
Total	163	112

3.4 Deduções de receita bruta

	2022	2021
Tributos		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (1)	(1.708)	(1.703)
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(892)	(975)
Imposto Sobre Serviços - ISS	(1)	(1)
	(2.601)	(2.679)
Encargos setoriais		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.585)	(952)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(37)
Encargos do consumidor - PROINFA e CCRBT	(118)	(56)
Outros encargos (2)	(47)	(45)
	(1.784)	(1.090)
Total	(4.385)	(3.769)

- (1) Em junho de 2022, foi sancionada a Lei Complementar nº 194/22, que estabeleceu que a tributação do ICMS nas operações com energia elétrica não deve ser superior às praticadas nas operações em geral do Estado, uma vez que se trata de um bem essencial. Dessa forma, após a regulamentação da referida Lei Complementar por cada Estado, a Companhia limitou a alíquota do ICMS sobre as operações de energia elétrica à 17% ou 18%. Essa redução não impacta o resultado da Companhia, pois a mesma é mera arrecadadora do ICMS. Adicionalmente, em abril de 2022, passou a vigorar o Decreto nº 66.373/2021, publicado pelo Governo do Estado de São Paulo, ocasionando redução no valor do ICMS. O decreto alterou as regras que tratam da tributação das operações com energia elétrica adquiridas em ambiente de contratação livre;
- (2) Consideram os seguintes encargos: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE.

3.5 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

A receita de disponibilidade da rede elétrica é mensurada pela contraprestação recebida dos clientes (livres e cátivos) pelo uso do sistema e o valor da contraprestação tem como característica o vínculo com a TUSD, conforme definido pelo Poder Concedente.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Considerando que o modelo regulatório vigente não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas por meio de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada à construção de infraestrutura, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

A Companhia poderá vender o excedente de energia contratada no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes.

A receita de operações de venda de energia na CCEE e de transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando as transações ocorrem. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças ('PLD').

As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda e outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente aos valores recebidos para cobertura de despesas incorridas (aporte CDE), bandeira tarifária e bônus da crise hídrica.

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A receita de fornecimento de energia não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia disponibilizada no mês, a energia injetada e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita de construção de infraestrutura da concessão, considerando o modelo regulatório vigente, que não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, a Administração da Companhia estima que as premissas de margem dessas obrigações de desempenho é 0% (zero por cento).

A Companhia reavalia estas premissas com suporte de seus consultores internos e externos, no mínimo uma vez por ano, no tocante às expectativas de recebimentos da obrigação de desempenho de construção e melhoria da infraestrutura.

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do *Generation Scaling Factoring ("GSF")* de acordo com as informações disponibilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$	
	2022	2021	2022	2021
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação				
Regulado - ACR (1)	7.825	6.682	(1.479)	(1.752)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(136)	(824)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	90	6	45
Contratos por cotas de garantia física	3.236	3.258	(414)	(378)
Energia Itaipu	2.573	2.711	(748)	(956)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	477	516	(160)	(119)
Outros	250	257	(142)	(95)
Subtotal	14.361	13.514	(3.073)	(4.079)
Créditos de PIS e COFINS			283	371
Total	14.361	13.514	(2.790)	(3.708)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(1.181)	(1.094)
Encargos de transporte			(72)	(78)
Encargos de conexão			(70)	(79)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (4)			(151)	(616)
Encargo de Energia de Reserva - EER (5)			(174)	40
Outros encargos			(38)	(38)
Subtotal	(1.686)		(1.865)	
Créditos de PIS e COFINS			155	176
Total	(1.531)		(1.689)	
Total dos custos com energia elétrica			(4.321)	(5.397)

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) A redução do custo de energia adquirida no ACR é decorrente da redução da parcela variável impactada diretamente pelo PLD, em virtude da redução da geração de usinas térmicas;
- (2) Maior disponibilidade de águas nos grandes reservatórios hidroelétricos reduziu o custo com o Risco Hidrológico e a consequente redução do despacho das térmicas reduzindo o custo com o Condomínio Virtual;
- (3) Redução decorrente da equalização do PLD em 2022 gerando menos excedente financeiro e não houve compra de energia no MCP (Déficit);
- (4) Redução dos custos do ESS Brasil decorrente da segurança energética, em virtude de melhor nível hidrológico de reservatórios e regime pluviométrico mais favorável no período de fevereiro a junho/2022 e outubro a dezembro/2022, o que equivale a 10 meses; e
- (5) Aumento no pagamento de Encargo de Energia de Reserva de modo a garantir o contínuo equilíbrio financeiro da conta do CONER.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	2022	2021
Pessoal	(119)	(116)
Material	(546)	(337)
Serviços de terceiros	(211)	(134)
Juros sobre obras em andamento	(13)	(8)
Outros	(239)	(186)
Obrigações especiais	-	82
Total	(1.128)	(699)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos/Despesas	2022			Total
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(327)	(11)	(86)	(424)
Administradores	-	-	(3)	(3)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(72)	(45)	(75)	(192)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(263)	-	(48)	(311)
Provisão para processos judiciais	-	-	(27)	(27)
Impostos, taxas e contribuições	(3)	-	(7)	(10)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(83)	(1)	(11)	(95)
Total	(748)	(57)	(257)	(1.062)
Custos/Despesas	2021			Total
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras Receitas/ Despesas gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados (nota 6.1)	(278)	(9)	(71)	(358)
Administradores	-	-	(4)	(4)
Serviços de terceiros (nota 6.2)	(62)	(42)	(67)	(171)
Depreciação e amortização (nota 6.3)	(253)	-	(44)	(297)
Provisão para processos judiciais	2	-	(17)	(15)
Impostos, taxas e contribuições	(2)	-	(4)	(6)
Outras receitas e despesas, líquidas (nota 6.4)	(76)	(1)	10	(67)
Total	(669)	(52)	(197)	(918)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



6.1 Pessoal e benefícios a empregados

	2022	2021
Remunerações	(205)	(187)
Encargos sociais	(73)	(64)
Auxílio alimentação	(61)	(50)
Convênio assistencial e outros benefícios (1)	(44)	(36)
Rescisões	(9)	(8)
Provisão para férias e 13º salário	(56)	(45)
Plano de saúde	(60)	(51)
Participação nos resultados	(57)	(44)
(-) Transferências para ordens (2)	145	130
Outros	(4)	(3)
Total	(424)	(358)

- (1) Inclui benefícios pós-emprego e outros benefícios;
 (2) Transferência do custo de mão de obra própria para projetos.

6.2 Serviços de terceiros

	2022	2021
Leitura de medidores, impressão e entrega de contas de energia elétrica	(8)	(3)
Agente arrecadador e credenciado	(18)	(17)
Corte, ligação e religação	(22)	(16)
Atendimento e teleatendimento	(36)	(39)
Serviços técnicos e manutenções	(4)	(9)
Poda de árvore e limpeza faixa	(14)	(13)
Cobrança administrativa e negativação	(2)	(2)
Tecnologia da informação	(26)	(24)
Serviços jurídicos	(11)	(9)
Consultoria e auditoria	(1)	(1)
Comunicação	(19)	(14)
Encerramento de ordem – Custo serviço prestado	(3)	-
Vigilância	(17)	(17)
Outros serviços	(11)	(7)
Total	(192)	(171)

6.3 Depreciação e amortização

	2022	2021
Quota de depreciação e amortização	(300)	(269)
Baixa do valor residual	(15)	(29)
Subtotal	(315)	(298)
(-) Crédito PIS/COFINS	4	1
Total	(311)	(297)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

6.4 Outras receitas e despesas, líquidas

	2022	2021
Seguros	(4)	(3)
Doações e contribuições	(1)	(1)
Recuperação de despesa	7	7
Órgãos de classe do Setor Elétrico	(2)	(2)
Despesas de viagem	(8)	(4)
Consumo próprio de energia elétrica	(7)	(7)
Propaganda e publicidade	(8)	(4)
Alimentação	(6)	(5)
Multa por inadimplência/contratual	62	62
Perdas/alienação/desativação	(34)	(29)
Indenização danos elétricos	(5)	(3)
Eventos	(1)	-
Material	(72)	(57)
Multas regulatórias	-	(9)
Custas processuais	(5)	(4)
Outros	(11)	(8)
Total	(95)	(67)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	104	29
Tributos sobre receita financeira	(16)	(9)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	90	107
Atualização de depósitos judiciais	2	1
Atualização do ativo financeiro setorial	71	14
Outras receitas financeiras	7	14
	258	156
Despesas Financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(480)	(267)
Benefícios pós emprego e outros benefícios	(6)	(12)
Atualização de provisões para processos judiciais	(25)	(36)
Outras despesas financeiras	(88)	(91)
	(599)	(406)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(334)	(428)
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c))	498	356
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b))	(542)	(335)
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	307	415
Perdas com variações cambiais e monetárias	(23)	(2)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	29	-
	(65)	6
Resultado financeiro líquido	(406)	(244)

- (1) Inclui a parcela variável dos juros relacionada a indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (IPCA, IGP-M e outros) e aumento do volume da dívida; e
- (2) Redução do euro e do dólar em comparação ao aumento verificado nos doze meses do ano passado, gerando maiores ganhos nas variações cambiais dos empréstimos e financiamentos e, consequentemente perdas nos derivativos.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	1.382	1.157
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(470)	(393)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	69	45
Incentivos fiscais	5	10
Multas indevidáveis	(1)	-
Outras adições permanentes	1	3
Tributos sobre o lucro	(396)	(335)
Alíquota efetiva	29%	29%
Corrente	(255)	(187)
Diferido	(141)	(148)

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	2022	2021
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	262	310
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	7	14
Provisão para processos judiciais	50	51
Perdas estimadas de créditos - contas a receber	73	65
Arrendamentos capitalizados	2	1
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	3	3
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis e instrumentos financeiros	(398)	(306)
Outros	11	10
Total ativo não circulante	10	148

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2021	148
Efeitos reconhecidos no resultado	(141)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	3
Saldo em 31 de dezembro de 2022	10
Saldo em 31 de dezembro de 2020	337
Efeitos reconhecidos no resultado	(148)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(41)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	148

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções fundamentadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, reconhecidos, é de R\$ 10 em 2023.

8.1.3 Tributos sobre o lucro a recuperar/ recolher

	2022	2021
IRPJ	30	45
CSLL	12	17
Total ativo circulante	42	62
	2022	2021
IRPJ	22	-
CSLL	13	-
Total passivo circulante	35	-

8.1.4 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possui montante reconhecido na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 653 (R\$ 440 em 31 de dezembro de 2021), referente a tratamentos fiscais adotados e que estão suscetíveis aos questionamentos das autoridades tributárias, cujo prognóstico da Companhia, suportada pelos assessores jurídicos, é que tais tratamentos fiscais adotados sejam acolhidos pelas autoridades nas esferas administrativas e/ou judiciais, quando necessário.

As principais naturezas estão relacionadas abaixo, como seguem:

- (i) Não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 611 (R\$ 403 em 31 de dezembro de 2021); e
- (ii) Processos administrativos oriundos da não homologação de pedido de compensações realizados através de direitos creditórios de IRPJ e CSLL, totalizando o montante de R\$ 6 (R\$ 5 em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

8.1.5 Benefício fiscal – Mais-valia e PMIPL

O benefício fiscal da Mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a Mais-valia de aquisição de empresa incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da Mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída a Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL, cujos saldos são como seguem:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	310	358
Amortização	(48)	(48)
Saldo final do exercício	262	310

A amortização da Mais-valia, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. A Mais-valia está sendo amortizada mensalmente pelo período remanescente de exploração da concessão/autorização, conforme impactos monetários abaixo:

2023	2024	2025	2026	2027	Entre 2028 e 2032
47	46	46	46	46	31

8.1.6 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O benefício fiscal decorrente de Mais-valia e ágio (*goodwill*) incorporados em processo de reorganização societária são reconhecidos como tributos diferidos, em virtude da natureza do benefício fiscal intrínseco e por melhor representar a fruição dos benefícios de caixa gerado pela transação em favor da Companhia.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis à legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

8.2 Outros Tributos

8.2.1 Outros tributos a recuperar

	2022	2021
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	141	116
Programa de Integração Social - PIS	12	100
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	62	459
Total	215	675
Circulante	134	74
Não circulante	81	601

8.2.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2022	2021
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	139	198
Programa de Integração Social - PIS	7	6
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	32	25
Impostos e contribuições retidos na fonte	12	12
Outros tributos a recolher	190	241
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	36	43
Programa de Eficiência Energética - PEE	82	84
Outros	6	96
Encargos setoriais	124	223
Total	314	464
Circulante	244	392
Não circulante	70	72

8.3 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 574.706-PR, em sede de repercussão geral, confirmando que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que será excluído da base de cálculos dessas contribuições. Em maio de 2021, o STF julgou os Embargos, acolhendo-os em parte para (i) modular no tempo a decisão de constitucionalidade, cujos efeitos se darão após 15 de março 2017 (data do julgamento do mérito do *leading case*), exceto para ações judiciais ou administrativas protocoladas até a referida data; e (ii) fixar que a parcela do ICMS a ser expurgada da base de cálculo das contribuições é aquela destacada no faturamento, e não a efetivamente paga.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Considerando as ações ajuizadas e a modulação dos efeitos da decisão do STF, a Companhia constituiu um ativo de PIS e de COFINS a recuperar. Os créditos objeto do referido ativo vêm sendo compensados de acordo com a regulamentação expedida pela RFB frente às obrigações vincendas. Em contrapartida, foi constituído um passivo correspondente, líquido de custas processuais e honorários advocatícios, que está sendo repassado aos consumidores através dos eventos tarifários anuais, à medida que as compensações vão sendo realizadas.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, são atualizados pela taxa SELIC e descontados das compensações já realizadas, representando o montante de R\$ 70 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 541 em 31 de dezembro de 2021).

Com o advento da Lei nº 14.385/22, de 27 de junho de 2022, ficou definido que os valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado ou em razão de recolhimento a maior que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS deverão ser destinados aos consumidores através dos processos tarifários.

Apresentamos a seguir a movimentação do Ressarcimento a consumidores:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	541
Constituição	70
Atualização monetária	50
Compensação	(591)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70

Circulante	70
------------	----

Saldo em 31 de dezembro de 2020	-
Constituição	493
Atualização monetária	48
Saldo em 31 de dezembro de 2021	541

Não circulante	541
----------------	-----

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	44	22
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	385	123
Fundos de Investimento	98	479
Total	527	624

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% do CDI (99,31% em 31 de dezembro de 2021).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com menor nível de risco, conforme abaixo:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2022	2021
Carteira		
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	98	479
Total	98	479

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2022			2021		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	1.201	(200)	1.001	1.601	(177)	1.424
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	18	-	18	19	-	19
Disponibilidade da rede elétrica	762	-	762	532	-	532
Subvenções e subsídios governamentais	81	-	81	160	-	160
Outros recebíveis	10	(10)	-	32	(7)	25
Total	2.072	(210)	1.862	2.344	(184)	2.160
Ativo circulante			1.830			2.109
Ativo não circulante			32			51

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	369	(76)	481	(78)
Comercial	136	(32)	147	(20)
Industrial	208	(80)	208	(62)
Rural	42	(7)	58	(6)
Poder público	27	(2)	38	(5)
Illuminação pública	18	-	30	(1)
Serviço público	62	-	66	(2)
Não faturado	339	(3)	573	(3)
Total	1.201	(200)	1.601	(177)

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	2022		2021	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	740	(25)	1.116	(34)
Saldos vencidos:	461	(175)	485	(143)
Entre 1 e 90 dias	194	(20)	272	(24)
Entre 91 e 180 dias	45	(22)	47	(22)
Entre 181 e 360 dias	76	(52)	55	(43)
Acima de 361 dias	146	(81)	111	(54)
	1.201	(200)	1.601	(177)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	(184)	(166)
Efeito reconhecido no resultado do exercício	(89)	(90)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	63	72
Saldo final do exercício	(210)	(184)

10.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação é incondicional, deduzidos das perdas de créditos esperadas.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de créditos esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras para o negócio de distribuição operado pela Companhia.

A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de provisão que considera o histórico de inadimplência dos últimos 5 anos. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público), acima de 12 meses a matriz considera perda integral. Além disso, há uma análise individual dos processos judiciais com avaliação da probabilidade de perda e respectiva provisão esperada.

Para os grandes consumidores há uma análise individualizada, que avalia as perdas com base nas negociações e respectiva situação financeira.

11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2022			2021		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia	354	(300)	54	553	-	553
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	5	(10)	(5)	394	-	394
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	238	-	238	76	(15)	61
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST	153	-	153	83	-	83
Neutralidade de encargos setoriais	23	(5)	18	35	(45)	(10)
Outros	48	-	48	5	-	5
Componentes financeiros e subsídios						
Rapasse de sobrecontratação (1)	133	-	133	-	(112)	(112)
Risco hidrológico	-	(318)	(318)	-	(311)	(311)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo	4	(118)	(114)	-	(204)	(204)
Diferimento de reajuste	66	(206)	(140)	-	-	-
Passivo conta COVID	-	-	-	-	(3)	(3)
CDE modicidade Eletrobras (nota 3.3)	-	(129)	(129)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	86	(286)	(200)	90	-	90
Outros	14	(38)	(24)	5	(58)	(53)
Total	1.124	(1.410)	(286)	1.241	(748)	493
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	555	(430)	125	475	(461)	14
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	569	(980)	(411)	766	(287)	479
Total	1.124	(1.410)	(286)	1.241	(748)	493
Ativo circulante						316
Ativo não circulante						177
Passivo circulante			(34)			-
Passivo não circulante			(252)			-

(1) Em agosto de 2020, a ANEEL publicou o Despacho nº 2.508, que estabeleceu os valores de exposições a serem tratadas como involuntárias, no âmbito da compra de energia das distribuidoras, relativas ao biênio 2016/2017. Tempestivamente, a Companhia interpôs recurso administrativo quanto a esses valores, sendo a decisão final da ANEEL consubstanciada pelo Despacho 2.168, de agosto de 2022. Houve evolução da discussão acerca da sobrecontratação involuntária devido à Covid (CP 35/2020), que impactou nas apurações de sobrecontratação do ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou um ativo de R\$ 133, decorrente do aumento da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos de reajuste tarifário;

(2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Esse mecanismo permitiu a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de agosto/22 a julho/23, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal.

A movimentação dos saldos de ativos e passivos setoriais da concessão estão apresentados como segue:

	Direito	Obrigações	Efeito líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	522	(734)	(212)
Constituição	940	(505)	435
Amortização (Índice de Repositionamento Tarifário)	(409)	665	256
Atualização monetária	42	(28)	14
Transferências	146	(146)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.241	(748)	493
Constituição (1)	1.151	(1.201)	(50)
Amortização (Índice de Repositionamento Tarifário)	(440)	424	(16)
(2)	126	(55)	71
Atualização monetária	(954)	170	(784)
Transferências (3)			
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.124	(1.410)	(286)

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (1) Em 2022, a Companhia constituiu o saldo no montante de R\$ (50), com destaque para o item de Risco Hidrológico, referente a reversão da antecipação de tal componente financeiro, conforme valores homologados pela ANEEL, além da CVA de PIS/COFINS, em função do reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL.
- (2) Em 2022, a Companhia amortizou o montante de R\$ (16), decorrente dos saldos reconhecidos pela ANEEL no processo tarifário da Companhia em 2021 e 2022.

A partir dos processos tarifários de 2021, está ocorrendo a inclusão de um novo componente do Encargo CDE, denominado CDE - CONTA COVID, relacionado ao pagamento do empréstimo da Conta COVID, conforme disposto no Decreto nº 10.350/2020, destinado a receber os recursos de operação financeira para alívio do caixa das distribuidoras em 2020, decorrente da parcela alocada na TE e na TUSD. Para o consumidor, a iniciativa representa a postergação e o parcelamento de impactos tarifários, diluídos em 60 meses por meio da CDE – CONTA COVID.

Até o final do exercício de 2022, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 244 para amortização da operação financeira da CDE – CONTA COVID, em cumprimento ao Despacho nº 939/21.

- (3) Refere-se, principalmente, às reclassificações do passivo tributário para o passivo regulatório dos créditos compensados decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

11.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos e passivos financeiros setoriais são mensurados ao custo amortizado (nota 21.1) e são originados da diferença entre os custos previstos pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário ("Parcela "A"), e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito incondicional de receber caixa do Poder Concedente nos casos em que os custos previstos são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos financeiros contemplam desde o seu reconhecimento inicial as expectativas de riscos de inadimplência e estimativas de glosa pelo Poder Concedente.

b) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente dos direitos e obrigações serão efetivamente liquidados por ocasião do próximo período tarifário ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados e/ou repassados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

A Companhia, em conjunto com os assessores econômicos e regulatórios, revisa no final de cada exercício, as premissas e expectativas de homologação pelo Poder Concedente.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão tem prazo de vigência de 30 anos e o contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

12.1 Ativo financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual (nota 21.6(i)). Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	3.488	2.773
Baixas	(17)	(17)
Reversão	8	2
Transferência ativo contratual (1)	615	451
Transferência ativo intangível	-	(2)
Ajustes a valor justo (2)	313	281
Saldo final do exercício	4.407	3.488
Ativo não circulante	4.407	3.488

- (1) Transferência do ativo contratual, classificado como ativo de contrato durante o período de construção;

(2) Em 2022, como parte do processo de melhoria contínua, devido à complexidade do modelo regulatório e de modo a garantir a melhor estimativa de Base de Remuneração, a Companhia realizou nova forma de reavaliação dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente ao preconizado pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 123 em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, o valor justo está impactado negativamente com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, R\$ (91) em função da redução do índice, se comparado com dezembro de 2021.

12.2 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no exercício:

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	573	560
Adições (1)	1.121	697
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(365)	(233)
Transferências - ativos financeiros (1)	(615)	(451)
Saldo final do exercício	714	573
Custo	772	623
Obrigações especiais	(58)	(50)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo exercício e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

12.3 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os contratos de concessão de serviços públicos de energia elétrica celebrados com a União (Poder Concedente - Outorgante) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com os contratos de concessão:

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização.
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão, a Administração de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica, abrangendo:

- Investimentos do contrato de concessão em construção ou melhoria da infraestrutura são classificados como ativo de contrato. Os ativos de contrato são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, após a entrada em operação do investimento, ou do término da melhoria da infraestrutura.
- Parcada estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- Parcada remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível (nota 13) em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado em preços atribuídos pela ANEEL, estipulados para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. As estimativas utilizadas consideram premissas observáveis no: (i) Banco de Preços Referenciais e Orçamento Referencial, ambos da ANEEL, e (ii) Banco de Preços da Companhia. Essas premissas podem ser significativamente diferentes das estimadas pela Administração no momento da indenização pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	5,02%
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.538
Baixas	(20)
Amortização	(286)
Transferências - ativo contratual (2)	365
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.597
Custo	4.056
Amortização acumulada	(2.283)
Obrigações especiais	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.581
Baixas	(22)
Amortização	(256)
Transferências - ativo financeiro (1)	2
Transferências - ativo contratual (2)	233
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.538
Custo	3.749
Amortização acumulada	(2.009)
Obrigações especiais	(202)

- (1) Referem-se ao direito contratual das distribuidoras de energia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo intangível, conforme a forma de remuneração.
- (2) Referem-se a direitos contratuais classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

13.1 Política contábil

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), quando aplicável.

Os bens e instalações vinculados ao direito de uso da concessão de serviços públicos possuem taxa de amortização que representam sua vida útil-econômica, limitada ao prazo de vencimento da concessão.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	2022	2021
Energia elétrica	399	461
Encargos de uso da rede	149	114
Materiais e serviços	207	124
Total passivo circulante	755	699

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos bancários	663	1.058
Agências de fomento	1.214	1.373
Mercado de capitais	3.145	2.583
Empréstimos e financiamentos (1)	5.022	5.014
(+) Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	(217)	(661)
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(527)	(624)
(-) Títulos e valores mobiliários	(23)	(12)
Dívida líquida	4.255	3.717

(1) No balanço patrimonial a Companhia apresenta os empréstimos e financiamentos líquidos dos depósitos em garantias, vinculados às dívidas. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses fundos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$") e Dólar norte-americano ("US\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: (i) custo amortizado; ou (ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2022	2021
Denominados em R\$	4.096	3.474
Indexados a taxas flutuantes	4.096	3.474
Denominados em US\$	696	1.273
Indexados a taxas flutuantes	169	213
Indexados a taxas fixas	527	1.060
Denominados em outras moedas	254	287
Indexados a taxas fixas	254	287
	5.046	5.034
(-) Custos de transação	(24)	(20)
	5.022	5.014
Passivo circulante	754	858
Passivo não circulante	4.268	4.156

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	2022	2021
Custo médio em % CDI (1)	94,1%	155,0%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,8%	7,3%
Saldo da dívida	5.022	5.014
Instrumentos financeiros derivativos	(217)	(661)
Dívida total líquida de derivativos	4.805	4.353

- (1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses.
 (2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses / Saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2023	595	383	(9)	969
2024	758	343	(126)	975
2025	866	320	(73)	1.113
2026	887	447	(38)	1.296
2027	610	164	(58)	716
Entre 2028 e 2032	1.409	346	-	1.755
Entre 2033 e 2037	225	100	-	325
2037 em diante	113	13	-	126
Total	5.463	2.116	(304)	7.275

- (1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 5 anos.

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	2022	2021
Saldo inicial do exercício	5.014	4.000
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	750	2.550
Amortizações de principal	(750)	(1.695)
Custo de captação	(7)	(17)
Pagamento de encargos de dívida	(310)	(167)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	489	271
Variação cambial	(135)	86
Marcação a valor justo	(29)	(14)
Saldo final do exercício	5.022	5.014

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

- (1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações captadas, no montante de R\$ 750, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao MUFG BANK LTD; (ii) R\$ 500 via 11ª emissão de debêntures com prazo final em 7 anos; (iii) R\$ 50 com prazo de até 20 anos junto ao BNDES. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as operações captadas, no montante de R\$ 2.550, pela Companhia foram: (i) R\$ 200 com prazo de vencimento de 5 anos junto ao Santander; (ii) R\$ 700 com prazo de vencimento final de até 7 anos por meio da 9ª emissão de debêntures; (iii) R\$ 500 com prazo de vencimento final de até 5 anos por meio da 3ª emissão de Notas Promissórias, (iv) R\$ 650 com prazo de vencimento final de até 10 anos por meio da 1ª emissão de Notas Comerciais e (v) R\$ 500 com prazo de vencimento de até 20 anos captados junto ao BNDES.

d) Linhas de crédito

Tipo	Moeda	Data limite de captação	Montante total	Montante utilizado
Linhas de crédito rotativas	R\$	02/08/2024	200	-
Linhas de crédito rotativas	R\$	29/12/2024	200	-
Linhas de financiamento	R\$	23/04/2023	687	550
			1.087	550

O custo médio para manutenção dessas linhas de crédito é de 0,35% a.a sobre o montante total.

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 88% dos contratos de dívida que contêm cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas em geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição (2) em 2022
Consolidado Neoenergia:		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	3,15
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	3,05
Companhia (3)		
Dívida líquida ÷ EBITDA	≤ 4,0	2,03
EBITDA ÷ Resultado financeiro	≥ 2,0	5,17

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas.

(2) Índices gerais alcançados pelas informações apresentadas nessa demonstração financeira.

(3) A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado ou intangível se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Os juros de empréstimos e financiamentos não capitalizados são reconhecidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a taxa média de capitalização dos juros (encargos incorridos) é de 2,6% e 2,9%, respectivamente.

15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte da sua estratégia de gestão de risco a Companhia utiliza contratos de swaps, a termo e/ou opções com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 1.1.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2022	2021
Contratados para proteção de dívidas:		
Risco de câmbio (NDF, opções e outros derivativos)	(1)	1
Swap de moeda - US\$ vs R\$	181	568
Swap de moeda - outras moedas vs R\$	37	91
Contratados para proteção de outras operações:		
Risco de câmbio - produtos e serviços	-	1
Exposição líquida	217	661
Ativo circulante	57	266
Ativo não circulante	213	397
Passivo circulante	(16)	(2)
Passivo não circulante	(37)	-

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	2022	2021
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa		
Contratados para proteção de dívidas	(12)	288
Contratados para proteção de outras operações	-	1
Derivativos designados para contabilidade de hedge - valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	229	372
	217	661

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	2022			2021		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	660	1	661	828	-	828
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(235)	-	(235)	79	1	80
Liquidação financeira entradas (saídas)	(168)	1	(167)	(226)	-	(226)
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(40)	(2)	(42)	(20)	(1)	(21)
Saldo final	217	-	217	661	-	661
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(235)	-	(235)	79	1	80

c) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como *hedge accounting* e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge* econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos.

A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira) ou ativo intangível, quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido.

As variações no valor justos dos instrumentos derivativos utilizados para compra/ venda de participação de acionistas não controladores são reconhecidos no patrimônio líquido como reservas de transações com o sócio.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para determinar o método de mensuração mais aderente a cada classe de instrumentos derivativos, assim como as premissas a serem observadas. De modo geral, as premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto, caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração estão apresentadas nas notas 21.2 e 21.8, respectivamente.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, tributárias e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis (1)	Trabalhistas (2)	Fiscais (3)	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84	79	12	-	175
Adições e reversões, líquidas	14	9	2	-	25
Pagamentos	(34)	(17)	(3)	-	(54)
Atualizações monetárias	13	12	1	-	26
Saldo em 31 de dezembro de 2022	77	83	12	-	172
Circulante					40
Não circulante					132
Saldo em 31 de dezembro de 2020	61	72	54	4	191
Adições e reversões, líquidas	15	8	-	(3)	20
Pagamentos	(25)	(14)	(39)	(1)	(79)
Atualizações monetárias	33	13	(3)	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84	79	12	-	175
Circulante					28
Não circulante					147

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável, destacamos:

(1) Processos cíveis: Do total reconhecido, destaca-se:

- Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, envolvendo também questionamentos diversos de clientes atinentes ao fornecimento de energia, entre outros, perfazendo o valor provisionado de R\$ 52 (R\$ 48 em 31 de dezembro de 2021).

(2) Processos trabalhistas: Do total reconhecido, destacam-se:

- Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenorquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor provisionado é de R\$ 71 (R\$ 66 em 31 de dezembro de 2021); e
- Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 12 (R\$ 13 em 31 de dezembro de 2021).

(3) Processos fiscais: Do total reconhecido, destacam-se:

- Execução fiscal decorrente de auto de infração relativo a crédito de ICMS supostamente indevido no período compreendido entre janeiro de 2004 a novembro de 2007, que se encontra pendente de decisão nos Tribunais Superiores. Em setembro de 2021, a Fazenda do Estado de São Paulo efetuou a correção da Certidão de Dívida Ativa para adequar o valor envolvido às decisões proferidas de forma favorável à Companhia até o momento, culminando na redução de R\$ 16 para R\$ 12, os quais encontram-se atualmente provisionados.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis (1)	635	777
Processos trabalhistas (2)	105	129
Processos fiscais (3)	1.235	1.066
Total	1.975	1.972

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado possível, destacamos:

- (1) **Processos cíveis:** Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais, entre outros, conforme explicados a seguir:
 - Ação proposta pelo Ministério Público Federal em 2017 questionando a cobrança de seguro residencial pela Companhia e oferecido aos seus consumidores juntamente com a fatura de energia elétrica. Em 2020 o juízo de 1ª instância entendeu pela ilegitimidade da ANEEL e da União para integrar a lide e declarou, a incompetência absoluta da Justiça Federal para julgar o feito. Desse modo, determinou a remessa dos autos para a Justiça Estadual para processamento da ação. A Companhia interpôs embargos declaratórios de tal decisão visando obter também a declaração da ilegitimidade ativa do MPF para o ajuizamento da ação (único autor da demanda), o que ensejaria a extinção do feito. Em 28.11.2022, foi publicada sentença que julgou extinto o processo, estando pendente de eventual recurso da parte contrária. Por conta disso, os assessores jurídicos que patrocinam a causa passaram a considerá-la como de probabilidade de perda remota. O montante estimado da demanda é de R\$ 0 (R\$ 220 em 31 de dezembro de 2021); e
 - Ações versando sobre eventual legitimidade da cobrança pela instalação de infraestrutura de distribuição de energia elétrica em faixas de domínio das rodovias. Como o tema ainda não está pacificado nos Tribunais, os assessores jurídicos da Companhia mantêm o prognóstico de perda como possível. O montante estimado perfaz o total de R\$ 483 (R\$ 469 em 31 de dezembro de 2021).
- (2) **Processos trabalhistas:** Referem-se a diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, benefícios diversos, ajustes salariais, verbas rescisórias e reflexos. Do total de R\$ 105 (R\$ 129 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se:
 - Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, cujo valor estimado é de R\$ 76 (R\$ 97 em 31 de dezembro de 2021); e
 - Ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras, cujo valor estimado é de R\$ 29 (R\$ 32 em 31 de dezembro de 2021).
- (3) **Processos fiscais:** Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal referentes a diversos tributos, tais como ICMS, ISS, CPMF, IPTU, PIS/COFINS, entre outros, cujo(s) destaque(s) passamos a tratar a seguir:
 - Autos de infração relativos a crédito de ICMS cuja escrituração no "Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente" (CIAP) se deu supostamente em desacordo com regras previstas na legislação tributária, estimados em R\$ 516 (R\$ 411 em 31 de dezembro de 2021);

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- Autos de infração relativos a crédito de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado da Companhia e sobre combustíveis utilizados na frota operacional, estimados em R\$ 286 (R\$ 287 em 31 de dezembro de 2021);
- Autos de infração relativos a contribuições sociais (INSS) sobre valores pagos a título de PLR, previdência privada, assistência médica, Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT bem como valores pagos a título de cessão de mão-de-obra, estimados em R\$ 105 (R\$ 90 em 31 de dezembro de 2021); e
- Autos de infração relativos a estornos de débitos de ICMS (Convênio 30) relativos à refaturamento de contas de energia elétrica, estimados em R\$ 183 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2021).

As provisões para processos e os passivos contingentes foram atualizados monetariamente: (i) pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m., para as ações cíveis; (ii) pela variação do IPCA na fase pré processual e SELIC após o ajuizamento para as ações trabalhistas, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal na ADC 58; e (iii) pela variação da taxa SELIC, para as ações fiscais.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	2022	2021
Processos cíveis	9	7
Processos trabalhistas	26	27
Processos fiscais	4	4
Outros processos	5	1
Total	44	39

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

O valor relacionado à parcela principal da provisão é reconhecido no resultado operacional ou imobilizado/intangível em função da correlação direta das operações da Companhia e os encargos financeiros são reconhecidos no resultado financeiro.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

17. OUTROS PASSIVOS

	2022	2021
Caução em garantia (1)	32	29
Devolução a consumidores (2)	26	116
Contribuição para custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	21	22
Plano de saúde	-	2
Bônus estratégico	9	9
Fundo educacional	6	6
Outras provisões	31	29
Compartilhamento de pessoal	3	5
Encargos financeiros	6	-
Outros	16	13
Total	150	231
 Circulante	 126	 215
Não circulante	24	16

- (1) Garantia constituída para assegurar o cumprimento dos contratos, acrescidas de correção monetária com base nos índices previstos contratualmente (IPCA ou CDI), para fazer face tanto às suas cláusulas operacionais, quanto à obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços;
- (2) Variação impactada pela devolução de Bônus Incentivo Redução Consumo de Energia Elétrica no montante de R\$ 95.

18. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós-emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Benefício Definido”) e (ii) plano de previdência complementar (“Plano de pensão - Contribuição Definida”).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	2022	2021
Obrigações trabalhistas e PLR	115	100
Benefícios de curto prazo - pós-emprego (nota 18.1.a)	5	3
Benefícios de longo prazo - pós-emprego (nota 18.1.a)	15	39
Total	135	142
 Passivo circulante	 120	 103
Passivo não circulante	15	39

18.1 Benefícios de curto e longo prazo - Pós-Emprego

A Companhia contribui, como patrocinadora, para planos de aposentadoria que fornecem aos seus colaboradores benefícios em eventos de aposentadoria, morte e invalidez. A Companhia possui planos no formato de benefício definido e contribuição definida. Os planos de benefícios estão abertos para novas adesões.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O plano estruturado na modalidade de contribuição definida não incorre no risco de desequilíbrio atuarial, dado que o valor é permanentemente ajustado de acordo com os recursos mantidos em favor do participante (modelo de poupança individual).

A gestão do plano de benefício é realizada por gestores externos à Administração da Companhia (“Curadores”). Os Curadores dos planos são responsáveis pela governança e possuem a obrigação legal de agir exclusivamente no melhor interesse dos beneficiários do plano. Os Curadores têm as seguintes funções: (i) administração dos planos e pagamento aos beneficiários dos ativos do plano, quando exigido de acordo com as regras do plano; (ii) gestão e investimento dos ativos do plano; e (iii) conformidade com outros regulamentos, quando aplicável. Os Curadores dos planos da Companhia são entidades fechadas de previdência complementar ou seguridade social, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Abaixo segue a relação dos Curadores e outras informações dos planos:

	2022			
	Quantidade Beneficiários Ativos	Quantidade Beneficiários Assistidos	Situação	Condição financeira
Planos de benefício definido Fundação CESP - PSAP/Elektro	2.891	2.175	Aberto	Deficitário
Planos de contribuição definida Néos - Plano CD Néos	379	-	Aberto	N/A
Total	3.270	2.175		

a) Movimentação dos ativos e passivos dos planos

	Benefício definido		
	Obrigações atuariais	Valor justo dos ativos	Ativo (passivo) líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020			
Custo do serviço	(8)	-	(8)
Efeitos dos juros	(137)	125	(12)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	3
Benefícios pagos pelo plano	116	(116)	-
Redimensionamento	146	(3)	143
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.828)	1.786	(42)
Custo do serviço	(7)	-	(7)
Efeitos dos juros	(164)	157	(7)
Contribuições pagas pelos participantes	(4)	4	-
Contribuições pagas pelo patrocinador	-	3	3
Benefícios pagos pelo plano	130	(130)	-
Redimensionamento	40	(7)	33
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(1.833)	1.813	(20)
Planos deficitários	(1.833)	1.813	(20)

b) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Benefício definido	
	2022	2021
Custo do serviço	(3)	(5)
Despesa com juros de obrigações	(163)	(137)
Receita com juros de ativos	157	125
Total	(9)	(17)

Alocação dos custos do serviço:

Resultado do exercício	(3)	(5)
------------------------	-----	-----

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

c) Valores reconhecidos nos outros resultados abrangentes

	Benefício definido	
	2022	2021
Saldo no início do exercício	(28)	(122)
Redimensionamento:		
Mudança nas premissas	40	145
Retorno sobre ativos do plano (exclui receita de juros)	(7)	(3)
Efeito bruto	33	142
Tributos sobre o lucro	(11)	(48)
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	22	94
Saldo no final do exercício	(6)	(28)

d) Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Benefício definido	
	2022	2021
Valor presente das obrigações atuariais	(1.833)	(1.828)
Valor justo dos ativos	1.813	1.786
Total passivo líquido	(20)	(42)
Passivo circulante		(3)
Passivo não circulante	(15)	(39)

e) Outras informações dos planos de benefício definido

(i) Ativos dos planos por categoria

	2022			2021		
	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total
Investimento direto:						
Fundo de investimento imobiliário	-	47	47	-	68	68
Outros	-	36	36	-	100	100
Investimento através de fundos:						
Fundo de investimento – ações/ quotas	366	-	366	405	-	405
Fundo de investimento – multimercado	1.338	-	1.338	1.211	-	1.211
Fundo de investimento – renda fixa	2	-	2	2	-	2
Fundo de investimento – imobiliário	24	-	24	-	-	-
Total	1.730	83	1.813	1.618	168	1.786

(ii) Expectativa de pagamentos futuros

As expectativas de pagamentos de benefícios que refletem serviços futuros pelo plano são as seguintes:

	Benefício definido
	2022
2023	138
2024	139
2025	141
2026	140
2027	140
Entre 2028 a 2032	697
Total	1.395

Para fins de capitalização do plano, a Companhia espera desembolsar R\$ 3 no exercício de 2023.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

(iii) Análise de sensibilidade e hipóteses atuariais/econômicas

Para a análise de sensibilidade, a Companhia considera o efeito de alteração na taxa nominal de desconto no valor presente da obrigação atuarial da Companhia, conforme apresentado abaixo:

	Benefício definido	
	2022	2021
Taxa nominal de desconto - Redução de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.930	1.926
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	5,24%	5,35%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	13,03	14,58
Taxa nominal de desconto - Aumento de 0,5%		
Valor presente da obrigação atuarial	1.746	1.731
Impacto % no valor presente da obrigação atuarial	-4,79%	-5,30%
Impacto no <i>duration</i> da obrigação atuarial	12,01	13,28

As hipóteses atuariais e econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. No curto prazo elas podem não ser necessariamente realizadas. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	Benefício definido	
	2022	2021
Taxa média nominal de desconto	9,60%	8,94%
Taxa média nominal de crescimento do custo salarial	5,07%	5,58%
Taxa real de inflação dos custos médicos	N/A	N/A
Taxa média de inflação estimada no longo prazo	3,25%	3,00%
<i>Duration</i> (em anos)	12,66	13,91
Tábua de mortalidade	AT-2000 masculina, suavizada em 10%	AT-2000 masculina, suavizada em 10%
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Light Fraca suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-1949 Masculina, agravada em 10%	AT-49 -Masculina agravada em 10%
Composição familiar	ExpCF_2014	ExpCF_2014

(iv) Principais riscos relacionados aos planos de benefícios definidos

Risco geral - O retorno dos ativos do fundo não sendo suficiente para cobrir o aumento no passivo e nos pagamentos de benefícios ao longo dos anos, a Companhia será requerida a financiar o *déficit* com contribuições extraordinárias, a menos que o fundo tenha patrimônio suficiente.

Mudanças na taxa de desconto - A taxa de juros que é usada para calcular a obrigação de benefício definido (de acordo com o IFRS) depende do valor dos rendimentos dos títulos governamentais (ou títulos corporativos da Companhia) na data de relatório. Uma diminuição nos rendimentos aumenta a obrigação de benefício que é, em parte, mitigada pelo ajuste a mercado que aumenta o valor dos investimentos em renda fixa.

Investimentos e volatilidade - O conselho de Curadores aceita anualmente um Plano de Investimento, que se baseia em uma análise externa dos ativos e passivos do plano ('ALM'). Os ativos estão alocados em ações e fundos de investimentos, instrumentos de renda fixa e imóveis. Os investimentos são diversificados em diferentes classes de ativos e para diferentes gestores de ativos tendo em conta a política de alocação de investimentos dos planos e os limites autorizados pela autoridade brasileira de supervisão de fundos de previdência complementar ('PREVIC').

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

Hipóteses atuariais e econômicas - Os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, taxa de juros, inflação, mortalidade e invalidez. O resultado real diferente dessas premissas levará a um aumento/redução no valor presente das obrigações do plano.

f) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

Os planos de benefícios de longo prazo - pós-emprego (previdência) são financiados por meio de contribuições de participantes e patrocinadora aos fundos de pensão, conforme determinado por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida.

Nos planos de benefício definido, os custos do plano são avaliados usando o método de crédito unitário projetado. Os custos de prover os benefícios são reconhecidos na demonstração do resultado para distribuir o custo do serviço ao longo da vida útil dos colaboradores. Os juros líquidos são apresentados na demonstração do resultado, na linha de despesas financeiras.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente na data do balanço e é medida como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados usando taxas de juros pela referência de mercado dos títulos do governo brasileiro que possuem prazos de vencimento próximos aos prazos dos desembolsos do plano.

Os ativos dos planos de pensão são avaliados a valor de mercado. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é a obrigação de benefício definido na data de fechamento menos o valor justo dos ativos do plano. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso em dinheiro ou uma redução nos pagamentos futuros de contribuição esteja disponível. Quando os benefícios de um plano são alterados ou quando um plano é reduzido, a alteração resultante no benefício que se relaciona com o serviço passado ou o ganho ou perda relacionado com um corte é imediatamente reconhecida nos resultados. Os ganhos ou perdas nas liquidações de planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a liquidação ocorre. Os impactos gerados por mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido, dentro de "Outros resultados abrangentes". Estes efeitos serão reclassificados para o lucro acumulado ou reservas de lucros, quando da extinção ou liquidação do benefício do plano que lhe deram origem.

As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado do exercício a que as contribuições se referem.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

O valor presente das obrigações de pensão é baseado em cálculos atuariais que usam várias premissas. Quaisquer mudanças nessas premissas impactarão o valor das obrigações de pensão. Essas premissas são utilizadas para determinar o valor justo de ativos e passivos, custos e despesas e os valores futuros de saídas de caixa estimadas, que são registrados nas obrigações com os planos de pensão.

A Companhia, em conjunto com os atuários externos e internos, revisa no final de cada exercício, as premissas que serão utilizadas para o exercício seguinte.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias ("ON") e preferenciais ("PN"), todas sem valor nominal. O Conselho de Administração estabelecerá as condições de emissão de ações da Companhia, inclusive preço e prazo de integralização, até o limite do capital autorizado.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

O capital social autorizado e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 952. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	Pref. A	R\$	Total	
					Ações	R\$
Neoenergia S.A.	91.855.825	451	101.279.596	498	193.135.421	949
Outros	25.147	-	598.697	3	623.844	3
Total	91.880.972	451	101.878.293	501	193.759.265	952

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, não possuem direito de voto, ficando assegurada prioridade na distribuição de dividendos, no caso de existir lucro a distribuir, que serão no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

19.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2022	2021
Lucro básico e diluído por ação:		
Lucro disponível aos acionistas ordinários	444	370
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	542	452
Total	986	822

Em unidades de ações

Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	91.880.972	91.880.972
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A		
	101.878.293	101.878.293
Total	193.759.265	193.759.265

Lucro básico e diluído por ação

Ação ordinária (R\$)	4,83	4,03
Ação preferencial A (R\$)	5,32	4,44

b) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio ('JCP'), baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A proposta de remuneração aos acionistas foi calculada da seguinte forma:

	2022	2021
Lucro líquido do exercício/Remuneração a distribuir	986	822
Remuneração		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido)	247	206
Remunerações intermediárias	505	19
Dividendos adicionais propostos	234	597
	986	822
Natureza da remuneração		
Dividendos	784	690
JCP	202	132
	986	822
Remuneração total por ação	5,09	4,24

A Administração propôs ao Conselho de Administração a destinação referente ao exercício de 2022 no montante bruto de R\$ 986, dos quais R\$ 234 ainda dependem de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, este montante permanece reconhecido no patrimônio líquido da Companhia, como dividendos adicionais propostos.

O Conselho de Administração deliberou a remuneração aos acionistas, em 30 de março de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 50, menos R\$ 8 de imposto de renda), em 15 de junho de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 49, menos R\$ 7 de imposto de renda), em 23 de setembro de 2022, no montante de R\$ 45 (R\$ 53, menos R\$ 8 de imposto de renda), em 15 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 42 (R\$ 49, menos R\$ 7 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio. Em 27 de julho de 2022 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no montante de R\$ 150, para pagamento a partir de 02 de agosto de 2022 e, em 27 de outubro de 2022, o montante de R\$ 400, para pagamento até 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022, o montante a pagar aos acionistas da Companhia é de R\$ 42 (R\$ 151 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores pagos aos acionistas, por natureza de remuneração, estão apresentados como segue:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação	
			ON	PNA
2022				
RCA de 30 de março de 2022	Juros sobre capital próprio	50	0,2427541	0,2670295
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos - 2021	93	0,4566144	0,5022759
AGOE de 20 de abril de 2022	Dividendos - 2021	597	2,9272942	3,2200236
RCA de 15 de junho de 2022	Juros sobre capital próprio	50	0,2444752	0,2689227
RCA de 27 de julho de 2022	Dividendos Intermediários	150	0,7354849	0,8090333
RCA de 23 de setembro de 2022	Juros sobre capital próprio	53	0,2607588	0,2868347
RCA de 27 de outubro de 2022	Dividendos Intermediários	400	1,9612930	2,1574223
RCA de 15 de dezembro de 2022	Juros sobre capital próprio	49	0,2415381	0,2656919
		1.442		
2021				
AGOE de 09 de abril de 2021	Dividendos - 2020	38	0,1857668	0,2043435
AGOE de 09 de abril de 2021	Dividendos - 2020	425	2,0825901	2,2908491
RCA de 30 de junho de 2021	Juros sobre capital próprio	65	0,3163320	0,3479652
RCA de 16 de dezembro de 2021	Juros sobre capital próprio	68	0,3326059	0,3658665
		596		

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A remuneração a pagar aos acionistas está apresentada como segue:

	2022	2021
Saldo em 01 de janeiro	151	148
Declarados do exercício	659	225
Declarados de exercícios anteriores	690	425
Imposto de renda retido na fonte	(30)	(20)
Pagos no exercício	(1.428)	(627)
Saldo em 31 de dezembro	42	151

19.3 Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece em outros resultados abrangentes os ganhos (perdas), líquidos dos tributos, de: (i) obrigações atuariais de benefícios a empregados no montante de R\$ 22; e (ii) valor justo de instrumentos financeiros utilizados em uma estratégia de *hedge accounting* de fluxo de caixa no montante de R\$ (28).

19.4 Reserva de Capital

(i) Reserva especial de ágio

Reserva no montante de R\$ 690 gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Em 31 de dezembro de 2022, a parcela relativa à reserva especial de ágio já realizada é de R\$ 449 (R\$ 406 em 31 de dezembro de 2021) e a disponível para capitalização é de R\$ 241 (R\$ 284 em 31 de dezembro de 2021).

(ii) Remuneração de incentivo fiscal

Reserva no montante de R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

(iii) Outras reservas de capital

Reserva no montante de R\$ 74 em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

19.5 Reserva de Lucros

(i) Reserva legal

Constitui exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Lei nº 6.404/76, § 1º, artigo 182, estabelece que a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício, se a reserva legal somada à reserva de capital, exceder o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 171.

(ii) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, constituída mediante proposta de orçamento de capital pela Administração, no limite máximo do capital social integralizado. O saldo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$ 771.

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

19.6 Política contábil

O capital social representa valores recebidos dos acionistas e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de capital e reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais. As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

Os incentivos fiscais são reconhecidos quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia. Os valores reconhecidos no resultado são destinados à reserva de incentivos e só serão utilizados para eventual absorção de prejuízo ou aumento de capital social, não sendo possível sua distribuição na forma de remuneração aos acionistas.

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos.

As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

20.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	2022			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	8	20	-	28
	8	20	-	28
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	3	-	25	28
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	42	-	42
Outros Passivos (d)	4	-	-	4
	7	42	25	74

Notas Explicativas



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

	2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos (c)/(d)	8	8	-	16
	8	8	-	16
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (a)	2	-	25	27
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar (e)	-	150	1	151
Outros Passivos (d)	5	-	-	5
	7	150	26	183

20.2 Transações com partes relacionadas

	2022			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Custos dos serviços (a)	(24)	-	(217)	(241)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	42	-	9	51
Resultado financeiro líquido (d)	-	(34)	-	(34)
	18	(34)	(208)	(224)

	2021			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do exercício				
Custos dos serviços (a)	(18)	-	(198)	(216)
Despesas gerais e administrativas (b)/(d)	31	(1)	5	35
Resultado financeiro líquido (d)	-	(30)	-	(30)
	13	(31)	(193)	(211)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 20.1 e 20.2 referem-se a:

Subsidiárias da Neoenergia

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício (4)	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício (3)
a	BAGUARI-UHE	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2039	2023	-	(4)	-	(3)
d	NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO DE BRASÍLIA	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	1	4	-	-
d	NEOENERGIA PERNAMBUCO	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	1	7	1	6
a	CEU AZUL	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2046	2023	(1)	(6)	(1)	(5)
d	NEOENERGIA COELBA	Compartilhamento de Pessoal	N/A	2025	2023	1	20	2	17

Controladora

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	2022		2021	
						Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício (4)	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício (3)
c	NEOENERGIA, S.A.	Contrato de FEE por Aval	N/A	2026	2023	20	(34)	8	(30)
e	NEOENERGIA, S.A.	PGTO de Dividendos e JCP	N/A	N/A	Indeterminado	(42)	-	(57)	-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Acionistas e outros

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração o contratual			2022		2021	
				Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a	ENERGETICA AGUAS DA PEDRA, S.A. (EAPSA)	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2040	2023	(2)	(18)	(2)	(16)
a	TELES PIRES	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(2)	(20)	(2)	(19)
a	NORTE ENERGIA	Compra de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	IPCA	2044	2023	(20)	(178)	(20)	(163)
b	FUCESP	Previdência Privada	N/A	N/A	Indeterminado	-	(9)	-	(5)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.4 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do exercício pelo regime de competência é como segue:

	2022	2021
Salários e benefícios recorrentes	1	3
Outros benefícios de curto prazo	1	-
Benefícios de longo prazo	1	1
	3	4

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A..

21. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como seguem:

	2022			2021		
	CA	VJORA	VJR	CA	VJORA	VJR
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	429	-	98	145	-	479
Títulos e valores mobiliários	-	-	23	-	-	12
Contas a receber de clientes e outros	2.072	-	-	2.344	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	41	229	-	291	372
Ativos financeiro setorial (Parcela A e outros)	-	-	-	493	-	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	-	4.407	-	-	3.488
Outros ativos	47	-	-	36	-	-
Total	2.548	41	4.757	3.018	291	4.351
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	755	-	-	699	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.512	-	510	4.302	-	712
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	286	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	53	-	-	2	-
Passivo de arrendamento	27	-	-	24	-	-
Outros passivos	60	-	9	149	-	9
Total	5.640	53	519	5.174	2	721

CA – Custo Amortizado

VJORA – Valor Justo por meio dos Outros Resultados Abrangentes

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



21.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 21.8 (análise de sensibilidade).

21.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	2022			2021		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	98	-	98	479	-	479
Títulos e valores mobiliários	23	-	23	12	-	12
Instrumentos financeiros derivativos	270	-	270	663	-	663
Concessão do serviço público						
- Ativo financeiro	-	4.407	4.407	-	3.488	3.488
	391	4.407	4.798	1.154	3.488	4.642
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	510	-	510	712	-	712
Instrumentos financeiros derivativos	53	-	53	2	-	2
Outros passivos	9	-	9	9	-	9
	572	-	572	723	-	723

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao exercício de 2022 e 2021, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 313 e R\$ 281, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

21.4 Instrumentos financeiros não reconhecidos pelo custo amortizado (“CA”)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	2022		2021	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 1
Empréstimos e financiamentos	4.512	-	4.501	4.302

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

21.5 Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo Amortizado ('CA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ('VJORA'): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor Justo por meio do Resultado ('VJR'): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJORA estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperadas. De modo geral, as perdas de créditos esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



21.6 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Concessões do serviço público

Para mensuração do valor justo, a Companhia utiliza abordagem de custo de reposição baseado nas tabelas de preço da ANEEL, estipuladas para ativos inerentes a operações passíveis de indenização pelo Poder Concedente. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

(ii) Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de receita ou na abordagem de mercado.

As debêntures negociadas em mercado secundário são mensuradas com base na abordagem de mercado, sendo a referência o último preço de negociação ou PU cotação, ambos disponíveis na B3 ou Anbima, respectivamente.

As debêntures não negociadas em mercado secundário e os demais empréstimos e financiamentos bilaterais são mensurados com base na abordagem de receita, determinada pelo uso de técnica de avaliação de fluxo de caixa descontado a partir da utilização de curvas livres de riscos provenientes de fonte de mercado (B3) e do spread de risco de crédito da Companhia, divulgado pelas agências classificadoras de rating. O spread de crédito da Companhia é ajustado a duration e a moeda de cada instrumento de dívida.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados por meio da utilização das curvas e preços de mercado que impactam cada instrumento, nas datas de apuração e que refletem corretamente as condições de mercado das variáveis incluídas na sua precificação, bem como as condições contratuais vigentes para o instrumento. No caso de swaps, tanto o valor presente da ponta ativa quanto o da ponta passiva são estimados através do desconto dos seus fluxos de caixa pelas taxas de juros nas moedas correspondentes. O valor justo é obtido pela diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do swap na moeda de referência. Para os contratos a termo são especificados utilizando as curvas futuras dos respectivos ativos subjacentes. Normalmente, estas curvas são obtidas na B3 e/ou no portal da Bloomberg.

O risco da carteira de derivativos é mensurado pelo método delta-normal, considerando que a distribuição futura dos fatores de risco e suas correlações tenderão a apresentar as mesmas propriedades estatísticas verificadas nas observações históricas. A Companhia faz o acompanhamento do risco de crédito da carteira de derivativos simulando picos hipotéticos de exposição e comparando se estes picos ficam dentro do limite estabelecido pelos controles de risco de crédito da Companhia, por cada contraparte. A estimativa do valor em risco considera nível de confiança de 95% para o horizonte de até 10 dias úteis.

21.7 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

Em 31 de dezembro de 2022, não havia valor de margem depositado referente as posições com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são swaps e Non-Deliverable Forwards (NDF). Os contratos de swap e a NDF foram negociados em mercado de balcão (*over-the-counter*).

Todas as operações de derivativos dos programas de hedge estão detalhadas em quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (*LIBOR*).

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a valor justo por meio do resultado:

Swap US\$ pós vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 32	US\$ 38	2027	169	213
Passivo	R\$ 105	R\$ 123		(100)	(116)
Líquido				69	97

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 67	US\$ 86	2025 - 2027	341	499
Passivo	R\$ 184	R\$ 228		(181)	(224)
Líquido				160	275

Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	US\$ 36	US\$ 101	2027	174	560
Passivo	R\$ 215	R\$ 364		(222)	(365)
Líquido				(48)	195

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Euro

Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em EUR. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em EUR atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Euribor).

O programa a seguir é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

Swap EUR \$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Ativo	€ 46	€ 45		243	297
Passivo	R\$ 204	R\$ 202	2024	(206)	(205)
Líquido				37	92

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao US\$, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2022	2021		2022	2021
Desembolso USD					
Termo	US\$ 2	US\$ 5	2023 - 2025	(1)	2
Líquido				(1)	2

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda de variação cambial do R\$ frente ao EUR, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

O programa em 31 de dezembro de 2022, R\$ (0,2) (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2021) é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

21.8 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado ao qual estão expostos, mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 63 dias úteis (ou 90 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2022.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.
- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.
- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para fins de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índice de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,2177	(696) 684	(718) 706	(108) 106	(215) 212
Exposição Líquida				(12)	(12)	(2)	(3)
Dívida em Euro Swap Ponta Ativa em Euro	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(254) 243	(264) 253	(40) 38	(79) 76
Exposição Líquida				(11)	(11)	(2)	(3)

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Euro	5,2177	(10) 10	1 (1)	3 (3)
Exposição Líquida				-	-	-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	5,5694	(2) 2	- -	- -
Exposição Líquida				-	-	-

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	506	66	(10)	(20)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	13,65%	(2.407)	(372)	(56)	(111)
Swaps CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	13,65%	(709)	(99)	(15)	(30)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	5,90%	(1.690)	(163)	(11)	(22)
Dívida em LIBOR 6M	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	5,14%	(169)	(10)	(1)	(3)
Swaps LIBOR 6M x CDI (Ponta Ativa)	LIBOR	Alta da LIBOR 6M	5,14%	169	12	2	3

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



22. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

	<u>Compra de Energia (1)</u>	<u>Construção de Infraestrutura</u>
2024	3.475	846
2025	3.552	885
2026	3.770	1.240
2027	4.012	1.321
2028	4.258	1.356
Entre 2029 e 2033	20.201	6.276

- (1) Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 1 a 30 anos, representam o volume total contratado e foram homologados pela ANEEL, que atendem os compromissos impostos pela legislação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



23. MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Elena León Muñoz
Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado
 Solange Maria Pinto Ribeiro
 Juliano Pansanato de Souza
 Leonardo Pimenta Gadelha
 Rogério Aschermann Martins
 Claudecir da Silva
 Edison Antônio Costa Britto Garcia
Titulares

Luiz Carlos dos Santos
Suplente

CONSELHO FISCAL

Francesco Gaudio
Presidente

Eduardo Valdés Sanchez
 João Guilherme Lamenza
 Luiz Oswaldo Sant Iago Moreira de Souza
 Ricardo Magalhães Gomes
Titulares

José Antonio Lamenza
 Gláucia Janice Nitsche
 Antonio Carlos Lopes
 Helena Kerr do Amaral
 João Antônio de Oliveira Junior
Suplentes

DIRETORIA

Antonio Sergio Casanova
Diretor-Presidente

Renato de Almeida Rocha
**Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro
 e de Relações com Investidores**

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação

CONTADORA

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC: BA-017210/O-1
CPF: 614.811.305-87

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Elektro Redes S.A.**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o relatório da administração, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas, bem como a proposta de destinação do lucro, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pela Contadora da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes DELOITTE e o parecer do Conselho Fiscal, aprovou os referidos documentos e os encaminha para deliberação dos acionistas por meio da Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Elena León Muñoz – Presidente

Fulvio da Silva Marcondes Machado

Solange Maria Pinto Ribeiro

Juliano Pansanato de Souza

Leonardo Pimenta Gadelha

Rogério Aschermann Martins

Claudecir da Silva

Edison Antônio Costa Britto Garcia

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Elektro Redes S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Redes S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Redes S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica e da disponibilidade da rede elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia e/ou quando o serviço é prestado. As receitas de fornecimento de energia elétrica e de disponibilidade da rede elétrica são mensuradas de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes. O processo ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao consumidor, relacionada ao fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica, calculada em base estimada, até a data do balanço, utilizando determinadas premissas definidas pela Companhia.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo a mensuração da receita não faturada, bem como o uso intensivo de sistemas automatizados para processar e registrar essas receitas.

Nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica incluíram, dentre outros: (a) entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados para o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica; (c) procedimentos analíticos que compreendem análises da correlação de variáveis sobre a ocorrência, integridade e exatidão da movimentação mensal das receitas de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica reconhecidas pela Companhia, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) teste de transações de receita, em base amostral, comparando os valores reconhecidos com os documentos suporte; (e) avaliação e desafio se o método utilizado pela Companhia para mensurar a receita não faturada de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica foi aplicado de forma apropriada e se os cálculos foram aplicados consistentemente e estão matematicamente adequados; (f) avaliação se as premissas utilizadas no cálculo da receita não faturada de fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica foram aplicadas de forma apropriada e estão consistentes, especificamente ao volume de energia não faturado, incluindo uma análise independente; e (g) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão e natureza de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica e as respectivas divulgações são aceitáveis no

contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Infraestrutura de distribuição de energia elétrica

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e nº 13 às demonstrações financeiras, os investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são registrados como ativo contratual durante a fase de construção, seguindo o Pronunciamento Técnico CPC 47 /IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e, quando da entrada em operação, os valores são bifurcados, conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contratos de Concessão, entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão.

Em virtude da complexidade dos conceitos envolvidos na aplicação dessas normas, do julgamento inerente ao processo de mensuração e dos montantes envolvidos, os quais fazem parte do critério utilizado pelo poder concedente para a determinação das tarifas de energia elétrica, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro dos ativos de infraestrutura da distribuição; (b) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições ocorridas no exercício; (c) desenvolvimento de expectativa independente utilizando índices obtidos de forma independente para a mensuração do valor justo do ativo financeiro da concessão, analisando as flutuações que não estejam alinhadas com as nossas expectativas independentes; (d) desenvolvimento de expectativa independente sobre o saldo de amortização dos ativos intangíveis da concessão considerando as taxas de amortização aplicáveis; (e) o exame em base amostral, da bifurcação do ativo contratual entre intangível e ativo financeiro da concessão; e (f) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do Pronunciamento contábil CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente.

No decorrer da nossa auditoria, identificamos deficiências de controles internos relacionadas a determinados controles de tecnologia da informação que nos levaram a alterar a nossa abordagem de auditoria e a ampliar a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. As deficiências mencionadas foram remediadas pela Companhia dentro do exercício.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que o julgamento inerente ao processo de mensuração e os saldos relacionados à infraestrutura de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Elektro Redes S.A, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei nº 6404/76, e suas posteriores alterações, examinou o relatório da administração e demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, complementadas por notas explicativas; e a proposta da Administração de distribuição dos resultados.

Considerando o Relatório dos Auditores Independentes sem ressalvas, o Conselho Fiscal da Elektro Redes, na totalidade de seus membros presentes, opina que as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia durante o exercício de 2022, estando aptas a serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2023.

Francesco Gaudio

Eduardo Valdés Sanchez

João Guilherme Lamenza

Luiz Oswaldo Sant Iago Moreira de Souza

Ricardo Magalhães Gomes

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Elektro Redes S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 13 de fevereiro de 2023.

Antônio Sérgio Casanova
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

O Diretor Presidente e os demais Diretores da Elektro Redes S.A., sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Ari Antenor de Souza, 321 - Jardim Nova América, Campinas/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.328.280/0001-97, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO alusivas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da NEOENERGIA ELEKTRO relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Campinas, 13 de fevereiro de 2023.

Antônio Sérgio Casanova
Diretor Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Executivo de Controladoria, Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor Executivo de Regulação